



CRT - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

1. AOS ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades de 2020, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, acrescidas do balanço social, de modo a divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, o compromisso com a responsabilidade social da Concessionária Rio-Teresópolis S/A.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida. Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. INTRODUÇÃO

2.1 A CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S/A. (CRT) tem como objetivo a administração da Rodovia Santos Dumont, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, concedida pelo poder público federal em 22/11/1995 e regulada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Sua operação teve início em 22/03/1996 e se estenderá até 21/03/2021.

Em dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) autorizou a emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Preferenciais – Classe A. Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, os quais vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas no término do prazo de colocação.

Em 10/06/2003, a CRT – Fundo de Investimento em Participações (FIP) passou a integrar o quadro de acionistas, mediante aquisição de 9.420 ações preferenciais, posteriormente alteradas para 9.526 ações.

Em dezembro de 2010, a INVEPAR sucedeu a OAS na estrutura acionária da CRT. A rodovia cruza os municípios de Sapucaia, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias, que juntos somam uma população de aproximadamente 1,3 milhões (IBGE – Censo 2010).

A via é importante para o escoamento de produtos agrícolas, já que a Região Serrana é a "maior produtora de hortigranjeiros do Estado, em volume, e a maior fornecedora de olerícolas folhosas para as Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (Ceasa – RJ)". Além disso, a rodovia BR-116/RJ tem relevante importância para o fomento ao turismo do estado, interligando a Capital e a Região Serrana, que conta com inúmeras belezas naturais e tem como principais atrativos o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), o Parque Estadual dos Três Picos, a sede de treinamento da Seleção Brasileira de Futebol, localizada na Granja Comary, e um desenvolvido turismo rural. Adicionalmente, no Km 77,2 há o entroncamento com a Rodovia RJ-130 (Teresópolis-Friburgo), que juntamente com a RJ-142 faz parte do circuito turístico Serramar, ligando a Região Serrana à Região dos Lagos.

A rodovia está integrada às demais rodovias estaduais e federais e ao Arco Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, compondo importante eixo estratégico do estado na distribuição de produtos e no fornecimento de serviços para atender o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro.

A companhia atualmente opera com três praças de pedágio: a praça principal PN1 localizada no Km 133,5 em Piabetá, e as praças auxiliares PA1, localizada no Km 114,5 em Santo Aleixo, e PA2, localizada no Km 122 em Santa Guilhermina. Também estão em operação os postos de pesagem fixos localizados em Três Córregos (Km 70,9) e em Piabetá (Km 131).

A CRT tem implementado várias iniciativas inéditas no setor de rodovias brasileiras, dentre elas o programa de "Monitoramento das Condições Climáticas Associadas às Condições Geológicas-Geotécnicas da Rodovia BR-116/RJ e seu entorno", que vem sendo desenvolvido desde 2006, em parceria com a COPPE/UFRRJ e o INMET, com estações meteorológicas que monitoram as condições climáticas e a associação destas às condições geológicas. Outra iniciativa é o programa "Fauna Viva", cujo objetivo é identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência desse tipo de acidente. Dessa forma, busca-se informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudem na redução dessas ocorrências, como, por exemplo, a implantação de dispositivos que permitam a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto é resgatar espécies saudáveis feridas ou em perigo no entorno da rodovia.

Em paralelo ao programa de investimentos, a CRT tem implantado e mantido uma gama de serviços voltados para seus usuários, conforme descrito abaixo:

| Serviços | Quantidade |
|-------------------------------------|------------|
| Bases Operacionais | 4 |
| Câmeras de monitoramento | 72 |
| Carros-resgate | 3 |
| Estação meteorológica | 7 |
| Estação pluviométrica | 9 |
| Guinchos | 6 |
| Painéis de mensagens variáveis | 6 |
| Telefones de emergência (callboxes) | 100 |
| UTI - Móvel | 1 |
| Viaturas de Inspeção | 5 |

Para coordenar toda esta estrutura de atendimento, a concessionária dispõe da Central de Controle de Operações (Central de Inteligência 24 horas), com supervisor e operadores de tráfego que comandam todos os serviços de apoio aos usuários, além da integração com a Polícia Rodoviária Federal, o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e a Defesa Civil.

A CRT gera 793 empregos diretos, entre funcionários próprios e terceirizados (base dezembro/2020), sendo que a maioria de seus funcionários reside em Magé, Teresópolis, Guapimirim e Duque de Caxias, municípios da região atendidos pela via.

Com a geração de empregos, arrecadação de impostos e melhoria na infraestrutura rodoviária, a CRT contribui para o desenvolvimento da região servida pela rodovia.

Ao longo destes 24 anos de gestão, a CRT, por meio de sua política de Responsabilidade Social, vem aumentando sua participação de apoio às comunidades carentes ao longo da rodovia, com ações de cunho educativo, patrocínio de projetos culturais e educacionais e de campanhas de doação de agasalhos e alimentos, a Companhia vem obtendo recepção positiva não só daqueles beneficiados como também dos colaboradores internos e usuários da rodovia.

2.2 Destaques do Ano

O ano de 2020 foi marcado pelas crises sanitária e econômica provocadas pela pandemia da COVID-19. As medidas de isolamento social com o fechamento do comércio e de serviços não essenciais impactaram fortemente a economia. Segundo o relatório FOCUS de 11/01/2021, o PIB deve encolher 4,37%. A taxa de desemprego atingiu 14,3%, é a maior taxa desde 2012 com 14,1 milhões de desempregados. Só no estado do Rio de Janeiro, havia em setembro/20 1,3 milhões de pessoas desempregadas. Em função do aumento dos preços dos alimentos, commodities e da desvalorização cambial a inflação ficou acima do centro da meta, alcançando 4,52% (IPCA).

As reformas estruturais como a tributária e administrativa continuam pendentes de aprovação. Enquanto isso, o déficit primário, segundo expectativa do governo, deve atingir R\$ 740 bilhões.

A CRT criou um comitê de crise para avaliar as medidas necessárias, tendo elaborado um Plano de Contingência específico para o COVID-19, atendendo as recomendações da OMS e a legislação específica de cada Município que margeiam a rodovia. Foram tomadas uma série de medidas, dentre elas o "Trabalho Remoto", incluindo 100% dos colaboradores considerados do grupo de risco e uma escala especial para os arrecadadores, com a diminuição do efetivo diário e maior espaçamento entre os dias de trabalho (escala 1x2). Os serviços essenciais da rodovia foram mantidos da melhor maneira possível com o Comitê de Crise avaliando constantemente os impactos e as providências necessárias para gestão da companhia face ao COVID-19.

Diante deste cenário, o número de veículos equivalentes pedagiados apresentou queda de 16,4% em relação a 2019. Em abril/20, a queda chegou a 45,8%.

Como forma de mitigar os efeitos desse impacto, a CRT promoveu grandes esforços para otimizar o uso dos seus recursos, permitindo um fluxo de caixa saudável. A seguir, os destaques de 2020:

- **Rating**
A agência classificadora de riscos, Fitch Ratings em 04/08/2020, reafirmou o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia em AAA(bra), com perspectiva estável.
- **Tarifa Básica de Pedágio**
Em 2020 não houve reajuste da tarifa básica de pedágio. As revisões ordinária e extraordinária ainda estão em estudo pela ANTT- Agência Nacional de Transportes Terrestres.
- **Receita Líquida Ajustada**
Impactada diretamente pela queda do tráfego, a Receita Líquida Ajustada apresentou queda de 16,2% em relação a 2019.
- **EBITDA Ajustado**
A queda da Receita Líquida, compensada parcialmente pela redução de custos e despesas administrativas, provocada pela reestruturação do quadro de colaboradores e pela economia em diversas rubricas, provocou queda do EBITDA Ajustado em relação a 2019 de 20,4%, alcançando o índice de 68,2% de Margem EBITDA Ajustada.
- **Ações coronavirus**
A CRT criou um comitê de crise para avaliar as medidas necessárias, tendo elaborado um Plano de Contingência específico para o COVID-19, atendendo as recomendações da OMS e a legislação específica de cada Município que margeiam a rodovia. Foram tomadas uma série de medidas, dentre elas o "Trabalho Remoto", incluindo 100% dos colaboradores considerados do grupo de risco, antecipou férias, avaliou e adotou as medidas aplicáveis das medidas provisórias 927 e 936 de 2020 e implementou dispositivos de proteção coletiva e individual, buscando oferecer o máximo possível de segurança aos nossos colaboradores e usuários. Os serviços essenciais da rodovia foram mantidos da melhor maneira possível com o Comitê de Crise avaliando constantemente os impactos e as providências necessárias para gestão da companhia face ao COVID-19.

Até a data de divulgação destas demonstrações financeiras, não houve ainda a definição da forma de prorrogação do contrato de concessão, entretanto, a CRT iniciou as tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, visando eventual extensão do prazo em vigor até a posse do vencedor da nova licitação. **Reequilíbrio do Contrato de Concessão devido a retirada das praças de pedágio PN2 & PN3.** Também estão em curso, na esfera administrativa, as tratativas para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da CRT, face a perda de receita pela retirada das praças de pedágio de PN2 & PN3. Na esfera judicial, a ação de obrigação de fazer foi favorável à CRT em 1ª instância em outubro/2018.

Reequilíbrio devido a COVID-19
A Advocacia Geral da União emitiu parecer favorável à revisão dos contratos de concessão do setor de infraestrutura de transportes, permitindo a recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro, em função da pandemia do novo Coronavírus.

Em 28 de julho de 2020, a Agência Nacional de Transporte Terrestres – ANTT publicou a Portaria nº 052, que visa instituir o grupo de trabalho, para acompanhar a metodologia de cálculo do desequilíbrio econômico-financeiro decorrente dos efeitos extraordinários da pandemia do novo Coronavírus, sobre os contratos de concessão de exploração da infraestrutura rodoviária, geridos pela agência reguladora. A Companhia aguarda o posicionamento da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Licitação CRT
Em 15/01/2021 ocorreu a audiência pública número 11/21, coordenada pela ANTT que apresentou o novo projeto de 776 km a ser licitado cujo trecho inclui a rodovia atualmente administrada pela CRT (144 km). Em função da quantidade de inscritos, ocorreram duas seções extras em 19/01/2021 e 22/01/2021, respectivamente. A previsão da ANTT é que a nova versão do projeto, considerando a avaliação das contribuições recebidas, seja divulgada em abril/21.

Escritura de Emissão das Debêntures conversíveis em ações preferenciais
Face ao desequilíbrio do contrato de concessão, do processo de licitação e da eventual extensão de prazo, os debenturistas iniciaram as tratativas para validação do oitavo aditivo da escritura de emissão das debêntures. CRT Fundo de Investimentos e Participações (FIP)

Face ao desequilíbrio do contrato de concessão, do processo de licitação e da eventual extensão de prazo, o Administrador do FIP iniciou as tratativas para adequar o regulamento do fundo aos eventos que poderão ocorrer conforme listados acima.

3. CONTEXTO SETORIAL

3.1 Receitas e Mercado

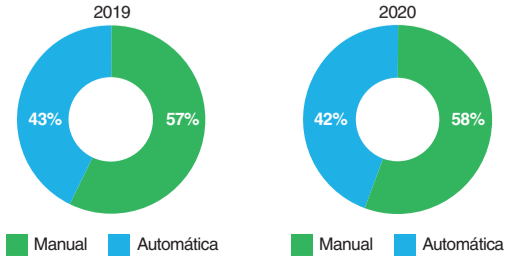
As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária Rio-Teresópolis S/A. são definidas pela ANTT, que ainda está analisando as revisões ordinária e extraordinária de setembro de 2020. Com isso, a tarifa básica de pedágio permanece com o valor já praticado de R\$ 19,30.

3.2 Meios de Cobrança

| Meios de Cobrança - mil | 2020 | 2019 | Δ% |
|--------------------------|--------------|--------------|---------------|
| Veículos Pagantes | 7.745 | 9.017 | -14,1% |
| Manual | 4.461 | 5.136 | -13,1% |
| Automática | 3.283 | 3.881 | -15,4% |



A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (Cobrança Manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos - das operadoras Sem Parar/ Via Fácil, ConectCar, Move Mais e Veloe - nas pistas automáticas (Cobrança Automática). O tráfego das pistas manuais apresentou queda de 675 mil veículos (-13,1%), e o tráfego das pistas automáticas de 598 mil veículos (-15,4%).



4. INDICADORES OPERACIONAIS

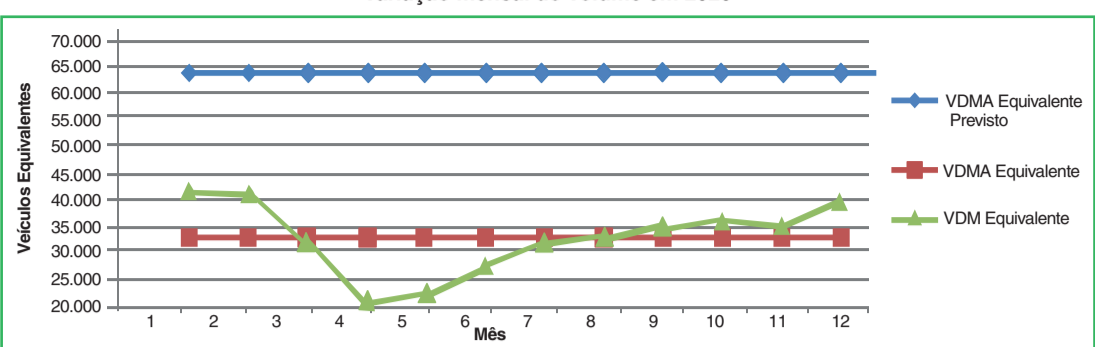
As informações a seguir atendem ao disposto na Resolução da ANTT nº 3847 de 20/06/2012.

4.1 Caracterização do Tráfego

4.1.1 Volume

No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

Variação mensal do volume em 2020



O VDMA equivalente realizado está abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão, principalmente em função da decisão da ANTT pela suspensão temporária da cobrança de pedágio na praça de Três Córregos (PN2), ocorrida em setembro de 2019, e pela não implantação da praça de pedágio PN3 no Km 14.

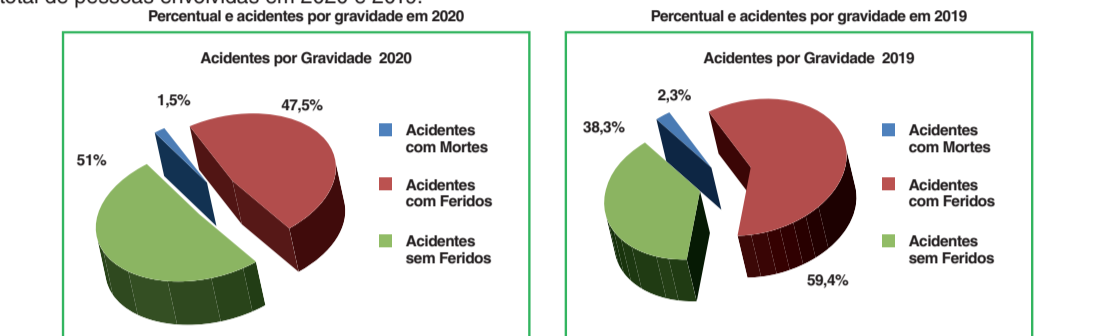
Tráfego Pedagiado em 2020

| DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS | | | | |
|--------------------------|---|-------|---------|------------------|
| Categoria | Tipo de Veículo | Eixos | Rodagem | Quant. |
| 1 | automóvel, caminhonete e furgão | 2 | simples | 5.638.799 |
| 2 | caminhão leve, ônibus, caminhão-tractor e furgão | 2 | dúpla | 1.000.379 |
| 3 | automóvel com semi-reboque e caminhonete com semi-reboque | 3 | simples | 18.661 |
| 4 | caminhão, caminhão-tractor, caminhão- tractor com semi-reboque e ônibus | 3 | dúpla | 311.599 |
| 5 | automóvel com reboque e caminhonete com reboque | 4 | simples | 3.769 |
| 6 | caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque | 4 | dúpla | 225.763 |
| 7 | caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque | 5 | dúpla | 139.231 |
| 8 | caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque | 6 | dúpla | 203.912 |
| 9 | caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque | 7 | dúpla | 33.238 |
| 10 | caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque | 8 | dúpla | 1.396 |
| 11 | motocicletas, motonetas e bicicletas a motor | 2 | simples | 141.310 |
| Especial | caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque | 10 + | dúpla | 26.492 |
| Total | | | | 7.744.549 |

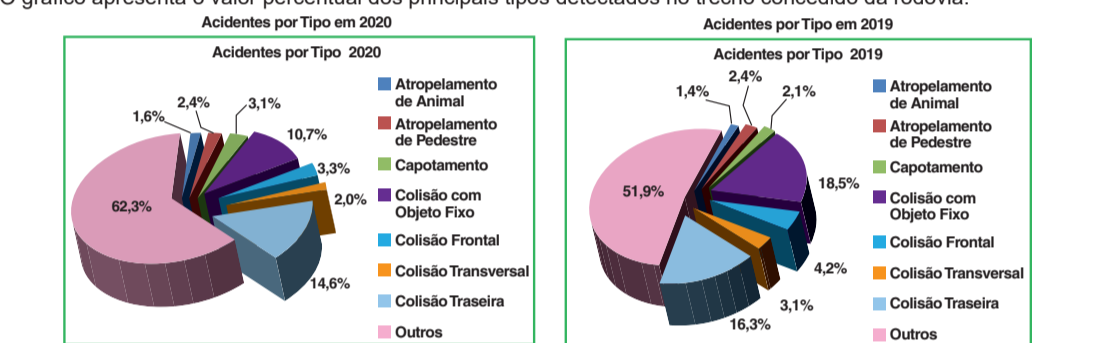
4.2 Segurança no Trânsito

4.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e total de pessoas envolvidas em 2020 e 2019.



O gráfico apresenta o valor percentual dos principais tipos detectados no trecho concedido da rodovia.



4.3 Dados de Operação da Concessão

4.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro/2020. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

| Tipo de Veículos | Quantidade | Quantidade/100 Km |
|---------------------------------------|------------|-------------------|
| Viatura de Inspeção | 5 | 4 |
| Guincho Leve | 3 | 2 |
| Guincho Pesado | 1 | 1 |
| Guincho Super Pesado | 2 | 1 |
| Carro Resgate | 3 | 2 |
| Ambulância Simples | 0 | 0 |
| UTI | 1 | 1 |
| Balança Móvel | 1 | 1 |
| Balança Fixa | 1 | 1 |
| Total de Veículos Operacionais | 17 | 12 |
| Administração | 19 | 13 |
| Pedágio | 1 | 1 |
| Caminhão | 0 | 0 |
| Segurança do Trabalho | 1 | 1 |
| Manutenção | -2 | -1 |
| Faixa de domínio | 1 | 1 |
| Total de Veículos de Apoio | 24 | 17 |
| Total de Veículos | 41 | 29 |

4.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela, as quantidades de funcionários empregados pela Companhia na operação da concessão em dezembro/2020. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

| Tipo de Função | Quantidade | Quantidade / VDMA |
|-------------------------------------|------------|-------------------|
| Coordenador de Tráfego | 1 | 0,3 |
| Inspetor Tráfego | 16 | 4,1 |
| Operadores de CCO | 7 | 1,8 |
| Líder de CCO | 4 | 1,0 |
| Operador de CFTV | 7 | 1,8 |
| Coordenador Fx. Domínio | 1 | 0,3 |
| Operadores de Balança | 39 | 10,0 |
| Assistente de Balança | 1 | 0,3 |
| Guincho Leve | 3 | 0,8 |
| Guincho Pesado | 1 | 0,3 |
| Guincho Super Pesado | 2 | 0,5 |
| Médico | 7 | 1,8 |
| Resgatista/Socorrista | 32 | 8,2 |
| Total de Pessoal Operacional | 121 | 30,9 |
| Coordenador Pedágio | 1 | 0,3 |
| Líder de Praça | 2 | 0,5 |
| Sup. Pedágio | 1 | 0,3 |
| Controlador de Praça | 5 | 1,3 |
| Arrecadador | 69 | 17,6 |
| Total de Pessoal de Pedágio | 78 | 19,9 |
| Total | 199 | 50,8 |

4.4 Aspectos Financeiros

4.4.1 Receitas

Apresentamos a receita da concessionária em 2020 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas Complementares, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

| R\$ mil | Em 2020 | Acumulada |
|------------------------|----------------|------------------|
| Receita com Pedágio | 227.358 | 4.732.968 |
| Receita extraordinária | 1.666 | 14.999 |
| Total | 229.024 | 4.747.967 |

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2020, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

4.4.2 Investimentos

| R\$ mil | Em 2020 | Acumulada |
|---------------|---------|-----------|
| Investimentos | 40.203 | 1.016.886 |

4.4.3 Custos Operacionais

| R\$ mil | Em 2020 | Acumulada |
|---------------------|---------|------------|
| Custos Operacionais | 45.351 | 1.0446.170 |

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras em 2020.

| R\$ mil | Em 2020 | Acumulada |
|---------|---------|-----------|
| ISS | 11.289 | 231.066 |

Os valores acumulados foram atualizados pelo IPCA.

4.4.4 Tarifas de Pedágio

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

| Praça de Pedágio | Valor da tarifa por praça de pedágio | | | | | | | | |
|------------------|--------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|------|
| | Categoria de veículo | | | | | | | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| PN1(km 133,5) | 19,30 | 38,60 | 28,95 | 57,90 | 38,60 | 77,20 | 96,50 | 115,80 | 9,65 |
| PA1(km 114,5) | 13,50 | 27,00 | 20,25 | 40,50 | 27,00 | 54,00 | 67,50 | 81,00 | 6,75 |
| PA2(km 122,0) | 13,50 | 27,00 | 20,25 | 40,50 | 27,00 | 54,00 | 67,50 | 81,00 | 6,75 |

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 Veículos Equivalentes Pedagiados

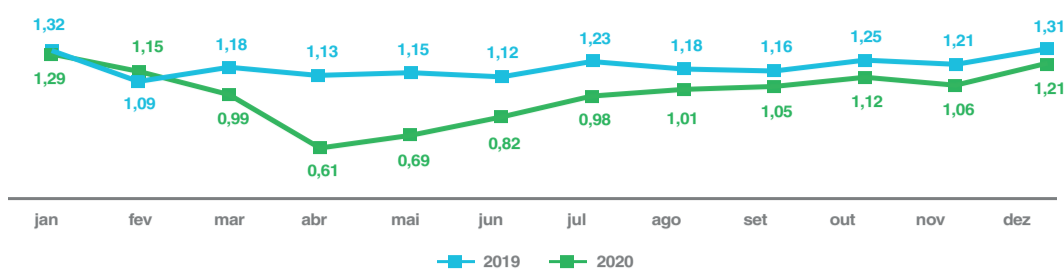
| Volume de Tráfego - mil | 2020 | 2019 | Δ% |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Veículos Equivalentes Pagantes | 11.986 | 14.329 | -16,4% |
| Leves | 5.745 | 6.478 | -11,3% |
| Pesados | 6.241 | 7.851 | -20,5% |





Em 2020, foram pedagiados 11,9 milhões de veículos equivalentes, queda de 16,4% em relação a 2019. Os veículos leves apresentaram queda de 733 mil VEP's (-11,3%) e os veículos pesados de 1.611 mil VEP's (-20,5%).

Veículos Equivalentes Pedagiados (milhões)



A retomada da economia a partir do terceiro trimestre, provocada pela flexibilização das medidas de isolamento social, não foi suficiente para recuperar o tráfego em relação a 2019. Segundo a ABCR o número de veículos equivalentes pedagiados no estado do Rio de Janeiro ficou 13,7% abaixo de 2019.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 Valor Adicionado

Em 2020, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 99M, redução de -36,01% em relação a 2019, cujo valor adicionado foi de R\$ 154,7M. Essa redução deve-se principalmente a queda das receitas de pedágio, provocada pela pandemia do Coronavírus.

6.2 Receita Operacional

| R\$ mil | 2020 | 2019 | Δ% |
|---|----------------|----------------|---------------|
| Receita Líquida | 245.254 | 260.743 | -5,9% |
| Receitas de Pedágio | 227.358 | 271.598 | -16,3% |
| Outras Receitas | 1.680 | 1.463 | 14,8% |
| Receita de Construção (IFRS) | 38.999 | 14.747 | 164,5% |
| Deduções da Receita | (22.783) | (27.065) | -15,8% |
| Receita Líquida Ajustada¹ | 206.255 | 245.996 | -16,2% |

¹ Exclui Receita de Construção e provisões.

• **Receita de Pedágio** – A Receita com Pedágio em 2020 foi de R\$ 227,4M, o que representou uma queda de R\$ 44,0M em relação ao ano anterior, devido à queda do tráfego de 16,4%.

• **Receitas Extraordinárias/Outras** – As receitas Extraordinárias/Outras somaram R\$ 1,7M em 2020, crescimento de R\$ 216 em relação a 2019. O crescimento deve-se aos reajustes contratuais e a novos contratos de passagem de Cabos Ópticos.

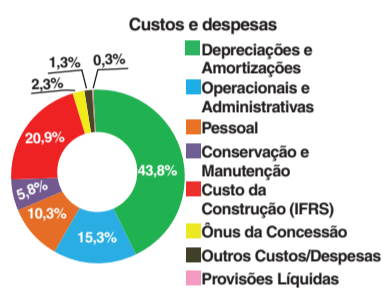
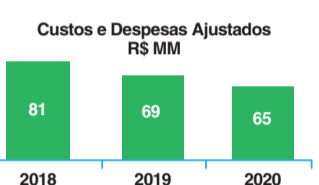
• **Receita da Construção** - Foram apurados como receita de construção (IFRS) R\$ 40,0M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que esse montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.

6.3 Custos e Despesas

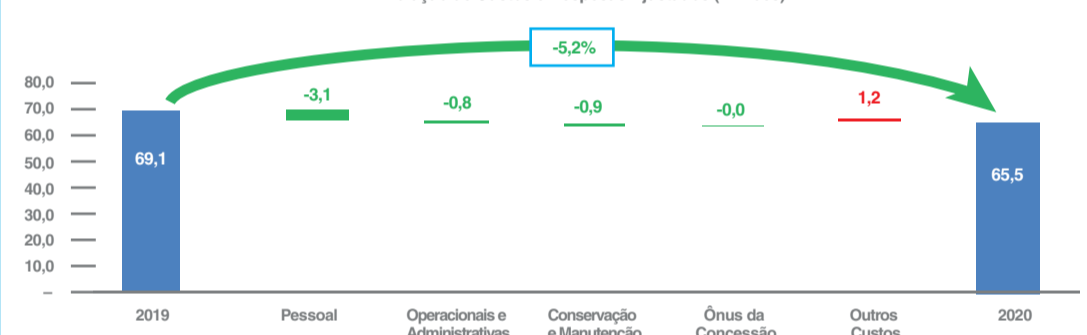
| R\$ mil | 2020 | 2019 | Δ% |
|--|----------------|----------------|--------------|
| Custos e Despesas | 186.913 | 152.739 | 22,4% |
| Pessoal | 19.227 | 22.364 | -14,0% |
| Operacionais e Administrativas | 28.580 | 29.380 | -2,7% |
| Conservação e Manutenção | 10.888 | 11.744 | -7,3% |
| Ônus da Concessão | 4.303 | 4.316 | -0,3% |
| Outros Custos/Despesas | 2.493 | 1.263 | 97,5% |
| Provisões Líquidas | 494 | (673) | -173,5% |
| Custo da Construção (IFRS) | 38.999 | 14.747 | 164,5% |
| Depreciações e Amortizações | 81.928 | 69.598 | 17,7% |
| Custos e Despesas Ajustados¹ | 65.492 | 69.067 | -5,2% |

¹ Exclui Custo de Construção, Provisões, Depreciações e Amortizações.

Os Custos e Despesas Ajustados estão R\$ 3,6M (-5,2%) abaixo dos registrados em 2019. Dentre as principais variações destacamos: **Pessoal** - queda de R\$ 3,1M (-14,0%), em função da reestruturação do quadro de colaboradores implantado em 2019 e da suspensão de contratos de trabalho, conforme MP 936/2020; **Operacionais e Administrativas** - redução de R\$ 801 (-2,7%), devido a economias diversas, algumas proporcionadas pelo trabalho remoto, como energia elétrica e combustível; **Conservação e Manutenção** - redução de R\$ 855 (-7,3%) devido à economia, menor demanda, com serviços de manutenção de sinalização, obra de artes especiais e drenagem; **Outros Custos/Despesas** - crescimento de R\$ 1,2M com despesas de sinistros provocados por escorregamento de encosta. **Provisões Líquidas** - Constituição de provisões referentes a ações cíveis e trabalhistas.



Evolução de Custos e Despesas Ajustados (Milhões)



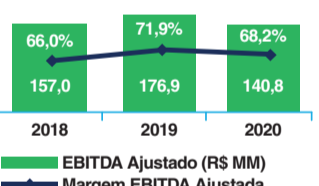
As despesas com Depreciação e Amortização de 2020 totalizaram R\$ 81,9M, superando o ano de 2019 em R\$ 12,3M (+17,7%). O crescimento ocorreu em função do encerramento de várias obras ao longo de 2019 e de 2020.

6.4 EBITDA e Margem EBITDA

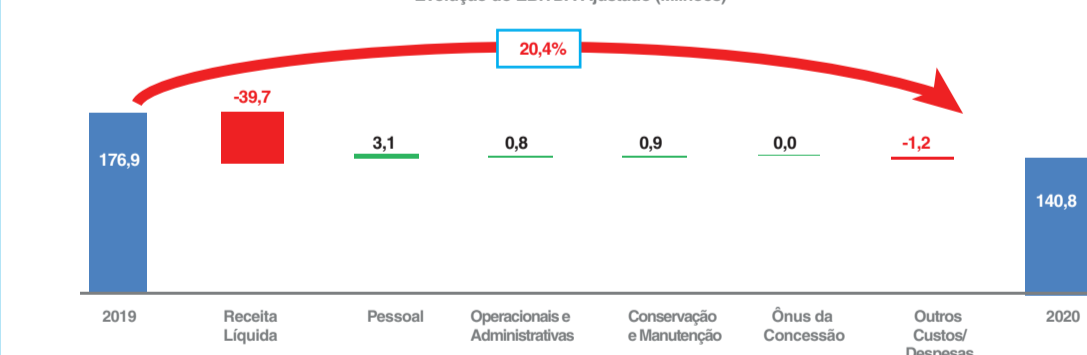
| EBITDA e Margem EBITDA Ajustados | 2020 | 2019 | Δ% |
|---------------------------------------|----------------|----------------|------------------|
| Receita Líquida Ajustada ¹ | 206.255 | 245.996 | -16,2% |
| Pessoal | (19.227) | (22.364) | -14,0% |
| Operacionais e Administrativas | (28.580) | (29.380) | -2,7% |
| Conservação e Manutenção | (10.888) | (11.744) | -7,3% |
| Ônus da Concessão | (4.303) | (4.316) | -0,3% |
| Outros Custos/Despesas | (2.493) | (1.263) | 97,5% |
| EBITDA Ajustado | 140.763 | 176.929 | -20,4% |
| Margem EBITDA Ajustada | 68,2% | 71,9% | -3,7 p.p. |

¹ Exclui Receita de Construção e provisões.

O EBITDA Ajustado do ano totalizou R\$ 140,8M, queda de R\$ 36,2 (-20,4%) em relação ao apurado em 2019. A Margem EBITDA Ajustada foi de 68,2% (-3,7 p.p.), resultante da queda de tráfego, decorrente dos impactos da Covid-19.



Evolução do EBITDA Ajustado (Milhões)

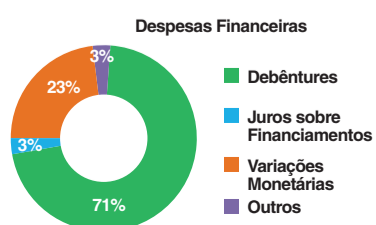
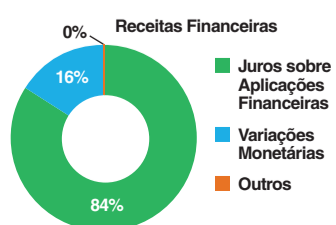
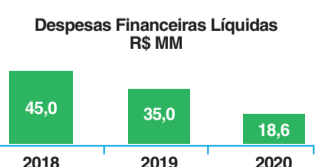


O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, da variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável à de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

6.5 Resultado Financeiro

| Resultado Financeiro - R\$ mil | 2020 | 2019 | Δ% |
|------------------------------------|-----------------|-----------------|---------------|
| Receitas Financeiras | 2.693 | 2.829 | -4,8% |
| Juros sobre Aplicações Financeiras | 2.252 | 2.737 | -17,7% |
| Variações Monetárias | 432 | 52 | 0,0% |
| Outros | 8 | 39 | -78,4% |
| Despesas Financeiras | (21.271) | (37.799) | -43,7% |
| Debêntures | (15.171) | (33.687) | -55,0% |
| Juros sobre Financiamentos | (544) | (970) | -43,9% |
| Variações Monetárias | (4.994) | (2.277) | 119,3% |
| Outros | (562) | (865) | -35,1% |
| Resultado Financeiro | (18.578) | (34.970) | -46,9% |

O resultado financeiro da Companhia em 2020 totalizou R\$ 18,6M de despesas financeiras líquidas, o que representa uma queda de R\$ 16,4M em relação a 2019. Esta redução ocorreu em função da queda das taxas de remuneração das aplicações e da menor atribuição de Debêntures, em função do menor resultado de 2020. Ambos foram compensados parcialmente pela maior correção monetária das debêntures (AVP), devido ao crescimento do IGPM.



6.6 Resultado do Exercício

| DESCRIÇÃO | 2020 | 2019 | Δ% |
|---|------------------|-----------------|--------------------|
| Veículos equivalentes | 11.986 | 14.329 | -16,4% |
| Receita operacional líquida | 245.254 | 260.743 | -5,9% |
| Receitas operacionais | 227.358 | 271.598 | -16,3% |
| Abatimentos | (3.252) | (3.772) | -13,8% |
| PIS, COFINS, ISS e outros | (19.531) | (23.293) | -16,2% |
| Outras receitas | 1.680 | 1.463 | 14,8% |
| Receita de construção | 38.999 | 14.747 | 164,5% |
| Custos e despesas | (104.985) | (83.141) | 26,3% |
| Custos e despesas | (61.189) | (64.751) | -5,5% |
| Provisões diversas | (1.214) | (558) | 117,6% |
| Reversões diversas | 720 | 1.231 | -41,5% |
| Ônus da concessão | (4.303) | (4.316) | -0,3% |
| Custo de construção | (38.999) | (14.747) | 164,5% |
| EBITDA | 140.269 | 177.602 | -21,0% |
| <i>EBITDA/receita líquida</i> | <i>57,19%</i> | <i>68,11%</i> | <i>-10,92 p.p.</i> |
| Depreciações e amortizações ¹ | (81.928) | (69.598) | 17,7% |
| Despesas financeiras líquidas ² | (18.578) | (34.970) | -46,9% |
| Lucro antes imposto de renda | 39.763 | 73.034 | -45,6% |
| Imposto de renda/contribuição social | (15.024) | (24.626) | -39,0% |
| Lucro líquido | 24.739 | 48.408 | -48,9% |
| Lucro líquido/receita líquida | 10,09% | 18,57% | -8,48 p.p. |
| Receita líquida ajustada³ | 206.255 | 245.996 | -16,2% |
| EBITDA ajustado⁴ | 140.763 | 176.929 | -20,4% |
| Margem EBITDA ajustada | 68,2% | 71,9% | -3,7 p.p. |

¹ Inclui R\$ 3.205 de arrendamento IFRS 16;

² Inclui R\$ 15.171 de remuneração das debêntures e R\$ 19 de arrendamento IFRS 16;

³ Exclui receita de construção e provisões;

⁴ Exclui receita/custo de construção e provisões/reversões diversas.

O Lucro Líquido no ano, por ação preferencial, atingiu R\$ 301,59 contra R\$ 590,12 em 2019. Por ação ordinária, o valor foi de R\$ 274,16 contra R\$ 536,47 em 2019. As variações são resultantes da menor receita operacional devido a queda do tráfego pedagiado, motivado pela Covid-19.

Reconciliação EBITDA Ajustado

| EBITDA Ajustado | 2020 | 2019 | Δ% |
|--|----------------|----------------|------------------|
| Lucro líquido | 24.739 | 48.408 | -48,9% |
| Imposto de Renda e CSLL | 15.024 | 24.626 | -39,0% |
| Participações | 15.171 | 33.687 | -55,0% |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas | 3.407 | 1.283 | 165,5% |
| Depreciação e amortização | 81.928 | 69.598 | 17,7% |
| EBITDA | 140.269 | 177.602 | -21,0% |
| Provisões Líquidas | 494 | (673) | -173,4% |
| EBITDA Ajustado¹ | 140.763 | 176.929 | -20,4% |
| Margem EBITDA Ajustada | 68,2% | 71,9% | -3,7 p.p. |

6.7 Disponibilidade e Endividamento

6.7.1 Captações de recursos

A concessionária sempre esteve empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, foram captados recursos de longo prazo no Brasil (BNDES) compatíveis com as necessidades de investimentos previstas no contrato de concessão.

Em 2009, obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio de 2012, finalizamos a fase de captação. A dívida foi totalmente liquidada.

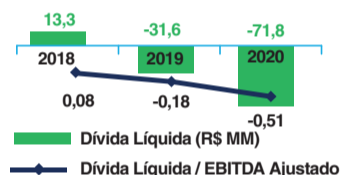
Em agosto de 2012, realizamos o financiamento da construção da balança fixa localizada no Km 131 e de parte da ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho 2B), no valor de R\$ 9,5M, por meio da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A.. A dívida foi totalmente liquidada.

Em dezembro de 2013, a companhia assinou, no valor de R\$ 52,7 milhões junto ao BNDES, o contrato de financiamento de importantes obras que foram realizadas ao longo da rodovia, com destaque para a ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho III) e a reconstrução do pavimento entre os quilômetros 71 e 89. Houve a captação de apenas R\$ 41,8M, devido à eliminação da obra do trecho IV da Serra no cronograma de investimentos da Companhia, conforme 21ª Revisão Ordinária (PER). A dívida foi totalmente liquidada.

Em 2016, a Companhia assinou o contrato de financiamento no valor de R\$ 20M por meio da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco SANTANDER (BRASIL) S/A. Essa operação tem por finalidade o financiamento de obras de contenção de encostas, construção de rua lateral e construção de retorno. Até o momento houve a captação de R\$ 20M. O saldo a ser amortizado até fevereiro de 2021 é de R\$ 1,4M.

6.7.2 Disponibilidade e Endividamento Consolidado

| Endividamento - R\$ mil | 2020 | 2019 | Δ% |
|---|-----------------|-----------------|----------------|
| Curto Prazo | 23.387 | 13.956 | 67,6% |
| Empréstimos e Financiamento | 1.384 | 8.322 | -83,4% |
| Debêntures | 22.003 | 5.634 | 290,5% |
| Longo Prazo | - | 14.878 | -100,0% |
| Empréstimos e Financiamento | - | 1.372 | -100,0% |
| Debêntures | - | 13.505 | -100,0% |
| Dívida Bruta | 23.387 | 28.834 | -18,9% |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 95.227 | 60.474 | 57,5% |
| Dívida Líquida | (71.839) | (31.640) | 127,0% |
| EBITDA Ajustado | 140.763 | 176.929 | -20,4% |
| Dívida Líquida / EBITDA Ajustado | -0,51 | -0,18 | 185,4% |



¹ EBITDA ajustado dos últimos 12 meses

A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 95,2M, superando o saldo de 2019 em R\$ 34,8M, mesmo com aumento de investimentos em relação a 2019 (+R\$ 25,8M). O crescimento do saldo deve-se às reduções de custos e despesas e a menor distribuição de resultados aos investidores.

O saldo da dívida bruta em dezembro/2020 é de R\$ 23,4M, uma redução de R\$ 5,4M em relação ao saldo de dezembro/2019 motivada pela amortização dos financiamentos.

A relação Dívida Líquida/EBITDA de 2020 apresentou o indicador de -0,51 contra -0,18 de 2019.

Todos os financiamentos foram contratados em moeda nacional (Real) com indexadores utilizados pelo BNDES. A remuneração das debêntures é realizada por meio de participação nos resultados da Companhia.

6.8 Principais Investimentos

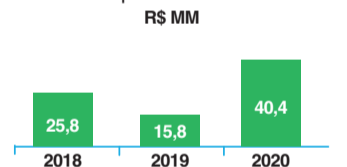
Dentre as obras realizadas desde o início da concessão até dez/2020, destacam-se: Construção de 5 viadutos, construção de 22 passarelas, 204 pontos de contenção de encosta, 16,35 quilômetros de ruas laterais, 351.732 m² de reconstrução do pavimento, 105.575 m² de recapeamento, iluminação de 40 quilômetros da rodovia, e 9,7 quilômetros de construção da terceira faixa na serra.

Em abril/2010, a Companhia iniciou as obras de construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, obra de suma importância para a maior segurança e fluidez do tráfego. Foram concluídos 9,7 quilômetros, entre o Km 103,87 e o Km 94,2 da rodovia.

Durante o ano de 2020, foram investidos R\$ 40M, com destaque para as obras de micro revestimento, contenção de encostas e de reconstrução dos pavimentos rígido e flexível. Esses investimentos têm como objetivo a melhoria no fluxo de veículos e o aumento da segurança dos usuários que trafegam na rodovia.

Os investimentos realizados estiveram em conformidade com o previsto no contrato de concessão aprovado na última revisão.

| Investimentos - R\$ milhões | 2020 | 2019 | Δ% |
|---|---------------|---------------|-------------|
| Ampliação da Rodovia | 14.606 | 4.468 | 227% |
| Contenções de encostas | 2.723 | 2.148 | 27% |
| Reconstrução do pavimento flexível e rígido | 22.711 | 9.191 | 147% |
| Total | 40.040 | 15.807 | 153% |



Até o final da concessão (2021), ainda serão investidos cerca de R\$ 10M em obras e equipamentos, com destaque para a reconstrução do pavimento flexível.

7. GESTÃO ESTRATÉGICA

7.1



7.6 Governança Corporativa

7.6.1 Conselho de Administração

A CRT conta com um Conselho de Administração que se reúne mensalmente, ou sempre que necessário, e é composto por 7 (sete) conselheiros representantes dos acionistas controladores, minoritários e debenturistas, com uma organização e procedimentos de registro e tomada de decisão em conformidade com as melhores práticas de Governança Corporativa.

7.6.2 Comitê Jurídico

Criado em agosto/15, o comitê jurídico é composto por advogados indicados pelo Conselho de Administração com o objetivo de avaliar, propor e validar estratégias jurídicas a serem adotadas pela CRT em temas previamente escolhidos.

7.6.3 Comitê de Conduta e Ética

Composto por um colaborador externo, um colaborador membro do Conselho de Administração da CRT e um colaborador interno indicado pelo Presidente do Comitê de Ética da CRT, todos formalmente nomeados ou destituídos pelo Conselho de Administração da Companhia. Esse comitê tem como principais atribuições: auxiliar todos os colaboradores na compreensão das diretrizes éticas da CRT, zelar pela atualização dessas diretrizes, analisar e decidir sobre eventuais infrações e violações ao Código de Ética da CRT, determinar adoção de medidas necessárias em caso de descumprimento das políticas definidas no Código de Ética, e assegurar que o Conselho de Administração esteja ciente dos assuntos que possam causar impacto significativo à imagem da CRT.

7.6.4 Auditoria Interna

O Conselho de Administração da CRT aprova a programação de auditoria do ano, cuja coordenação é exercida pela Auditoria Interna da INVEPAR.

7.6.5 Assembleia dos Debenturistas

Em conformidade com a escritura de emissão das debêntures, os debenturistas se reúnem previamente para deliberar sobre os temas previstos na referida escritura, de forma a orientar o voto dos debenturistas representados no Conselho de Administração da CRT.

7.6.6 Outros Comitês

A Companhia, sempre que solicitada, participa dos comitês de governança dos acionistas e investidores. Para mais informações sobre a governança da CRT, consulte o site www.crt.com.br, na seção Relações com Investidores.

7.7 Responsabilidade Social e Ambiental

A CRT manteve o patrocínio, por meio de incentivo fiscal (Lei Rouanet) ou direto aos projetos avaliados e selecionados no edital de responsabilidade social divulgado em 2019:

Teatro na Escola: “Meio ambiente, Cidadania e Consumo Inteligente” (APAExonados), promovido pela APAE Magé, que desenvolve ações com 30 (trinta) participantes diretos, por meio de atividades culturais voltadas às artes cênicas, e cerca de 1.200 (hum mil e duzentos) espectadores, crianças e jovens da rede pública de ensino no município de Magé. Oficina de Marcenaria: Preparar jovens e adultos deficientes para o ofício de marcenaria, desenvolvido pela Associação Pestalozzi de Magé.

Turma da Música: Oficinas de música para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos (90 vagas), por meio de um programa de ensino musical em escolas/instituições na região de Magé e/ou Guapimirim.

Projeto Exposição Fotográfica “Rosário, sonhos e cores”, desenvolvido pelo Lar Tia Anastácia, que utiliza a arte da fotografia para captar a realidade da comunidade do bairro de São Pedro, especificamente no morro do Rosário em

7.8 Concessionária em números

Tabela - Rodovias Dados anuais

| Quilômetros de rodovia | 142,5 km de extensão - BR - 116/RJ, trecho Além Paraíba - Teresópolis - Entroncamento c/ a BR 040/RJ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|---------|---------|---------|---------|--------|--------|--------|-----------|--------|--------|--------|-------------------------|------------|----------------------|--------|-----------------------|--------|-----------------------|--------|--------------|--------------|--------|-----------|---------|-----------------------------------|---------|---------|--------|--------|--------|-----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|----------------------------------|--------|------|------|------|------|------|------|------|------|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-----|------|------|-----|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--------|--------|--------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| Número de veículos que transitaram | <table border="1"> <thead> <tr> <th>EIXOS QUANT.</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5</th> <th>6</th> <th>7</th> <th>8</th> <th>10+</th> <th>TOTAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>6.780.488</td> <td>330.260</td> <td>229.532</td> <td>139.231</td> <td>203.912</td> <td>33.238</td> <td>1.396</td> <td>26.492</td> <td>7.744.549</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | | | | EIXOS QUANT. | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 10+ | TOTAL | | 6.780.488 | 330.260 | 229.532 | 139.231 | 203.912 | 33.238 | 1.396 | 26.492 | 7.744.549 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| EIXOS QUANT. | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 10+ | TOTAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.780.488 | 330.260 | 229.532 | 139.231 | 203.912 | 33.238 | 1.396 | 26.492 | 7.744.549 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Número de praças de pedágios | São 3 praças de Pedágio em operação, PN2 foi suspensa e PN3 não foi construída conforme determinação da ANTT. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tarifa | Praça de pedágio principal: Automóvel - R\$ 19,30; Comercial por eixo - R\$19,30; Motocicletas - R\$ 9,65 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Praças de pedágio auxiliares: Automóvel - R\$ 13,50; Comercial por eixo - R\$ 13,50; Motocicletas - R\$ 6,75. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Número de quilômetros mantidos | 142,5 km | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Índice de congestionamento | <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>jan/20</th> <th>fev/20</th> <th>mar/20</th> <th>abr/20</th> <th>mai/20</th> <th>jun/20</th> <th>jul/20</th> <th>ago/20</th> <th>set/20</th> <th>out/20</th> <th>nov/20</th> <th>dez/20</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Trânsito Médio Diário Equivalente</td> <td>41.673</td> <td>41.016</td> <td>31.973</td> <td>20.414</td> <td>22.254</td> <td>27.284</td> <td>31.579</td> <td>32.569</td> <td>35.083</td> <td>36.089</td> <td>35.308</td> <td>39.168</td> </tr> <tr> <td>Trânsito Médio Anual Equivalente</td> <td>39.258</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | | | | | jan/20 | fev/20 | mar/20 | abr/20 | mai/20 | jun/20 | jul/20 | ago/20 | set/20 | out/20 | nov/20 | dez/20 | Trânsito Médio Diário Equivalente | 41.673 | 41.016 | 31.973 | 20.414 | 22.254 | 27.284 | 31.579 | 32.569 | 35.083 | 36.089 | 35.308 | 39.168 | Trânsito Médio Anual Equivalente | 39.258 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | jan/20 | fev/20 | mar/20 | abr/20 | mai/20 | jun/20 | jul/20 | ago/20 | set/20 | out/20 | nov/20 | dez/20 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Trânsito Médio Diário Equivalente | 41.673 | 41.016 | 31.973 | 20.414 | 22.254 | 27.284 | 31.579 | 32.569 | 35.083 | 36.089 | 35.308 | 39.168 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Trânsito Médio Anual Equivalente | 39.258 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Equipes utilizadas pelo concessionário | 4 Bases Operacionais; 72 Câmeras de monitoramento; 3 Carros-resgate; 7 Estações meteorológicas; 9 Estações pluviométricas; 6 Guinchos; 6 Painéis de mensagens variáveis; 100 Telefones de emergência (callboxes); 1 UTI - Móvel; 5 Viaturas de Inspeção | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Índice de qualidade de estrada | 227.358 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita de Pedágio | 162.096 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custos associados às receitas de pedágio | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fator Trabalho | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Número de Trabalhadores | 274 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Pessoal | 18.112 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fator Capital | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Depreciação/ Amortização | 478.717 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ativo Líquido | 58.387 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ativo Bruto | 537.104 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | O método de Depreciação é o Linear. Para a Amortização, considera-se o prazo de concessão da rodovia. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Série Histórica dos Investimentos | <table border="1"> <thead> <tr> <th>ANO</th> <th>1996</th> <th>1997</th> <th>1998</th> <th>1999</th> <th>2000</th> <th>2001</th> <th>2002</th> <th>2003</th> <th>2004</th> <th>2005</th> <th>2006</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>18.325</td> <td>10.534</td> <td>7.843</td> <td>19.606</td> <td>20.067</td> <td>19.239</td> <td>12.039</td> <td>7.078</td> <td>7.213</td> <td>11.909</td> <td>9.891</td> </tr> <tr> <th>ANO</th> <th>2007</th> <th>2008</th> <th>2009</th> <th>2010</th> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> </tr> <tr> <td></td> <td>14.247</td> <td>13.428</td> <td>22.423</td> <td>20.215</td> <td>57.737</td> <td>44.760</td> <td>45.788</td> <td>31.121</td> <td>35.210</td> <td>13.988</td> <td>20.470</td> </tr> <tr> <th>ANO</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>220</th> <td colspan="9"></td> </tr> <tr> <td></td> <td>11.415</td> <td>22.371</td> <td>40.203</td> <td colspan="9"></td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | | | | ANO | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | | 18.325 | 10.534 | 7.843 | 19.606 | 20.067 | 19.239 | 12.039 | 7.078 | 7.213 | 11.909 | 9.891 | ANO | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | | 14.247 | 13.428 | 22.423 | 20.215 | 57.737 | 44.760 | 45.788 | 31.121 | 35.210 | 13.988 | 20.470 | ANO | 2018 | 2019 | 220 | | | | | | | | | | | 11.415 | 22.371 | 40.203 | | | | | | | | | |
| ANO | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 18.325 | 10.534 | 7.843 | 19.606 | 20.067 | 19.239 | 12.039 | 7.078 | 7.213 | 11.909 | 9.891 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ANO | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 14.247 | 13.428 | 22.423 | 20.215 | 57.737 | 44.760 | 45.788 | 31.121 | 35.210 | 13.988 | 20.470 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ANO | 2018 | 2019 | 220 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 11.415 | 22.371 | 40.203 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fatores Intermediários | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas em Administração | 3.576 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas em Manutenção | 956 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas | 5.936 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Seguridade | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Quantidade de acidentes | <table border="1"> <thead> <tr> <th>Acidentes por Gravidade</th> <th>Quantidade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Acidentes com Mortes</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>Acidentes com Feridos</td> <td>505</td> </tr> <tr> <td>Acidentes sem Feridos</td> <td>543</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.064</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | | | | Acidentes por Gravidade | Quantidade | Acidentes com Mortes | 16 | Acidentes com Feridos | 505 | Acidentes sem Feridos | 543 | Total | 1.064 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acidentes por Gravidade | Quantidade | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acidentes com Mortes | 16 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acidentes com Feridos | 505 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acidentes sem Feridos | 543 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total | 1.064 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Indicadores | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita por Veículo | 25,21 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo por veículo | 17,98 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

7.9 Balanço Social

CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S/A - CRT

Balanço Social

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em mil)

| 1 - Base de cálculo | 2020 - Valor | | | 2019 - Valor | | |
|--|-----------------------------|--------------------------------|------------|-----------------------------|--------------------------------|------------|
| Faturamento bruto | 268.023 | | | 287.800 | | |
| Receita líquida (RL) | 245.240 | | | 260.734 | | |
| Resultado operacional (RO) | 58.313 | | | 107.659 | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | 13.435 | | | 15.877 | | |
| Folha de pagamento bruta - Total remunerações | 14.630 | | | 13.786 | | |
| 2 - Indicadores sociais internos | Valor | % sobre FPB | % sobre RL | Valor | % sobre FPB | % sobre RL |
| Alimentação | 1.168 | 8% | 0% | 1.384 | 9% | 1% |
| Encargos Sociais | 3.079 | 21% | 1% | 6.308 | 40% | 2% |
| Saúde | 1.694 | 12% | 1% | 1.704 | 11% | 1% |
| Segurança e Saúde no trabalho | 222 | 2% | 0% | 294 | 2% | 0% |
| Educação | 9 | 0% | 0% | 10 | 0% | 0% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 25 | 0% | 0% | 62 | 0% | 0% |
| Participação nos lucros ou resultados | 2.052 | 14% | 1% | 2.123 | 13% | 1% |
| Outros | 1.328 | 9% | 1% | 1.858 | 12% | 1% |
| Total - Indicadores sociais internos | 9.595 | 67% | 5% | 13.743 | 87% | 8% |
| 3 - Indicadores sociais externos | Valor | % sobre FPB | % sobre RL | Valor | % sobre FPB | % sobre RL |
| Cultura | - | 0% | 0% | 343 | 2% | 0% |
| Outros | 27 | 0% | 0% | 13 | 0% | 0% |
| Total de contribuições à sociedade | 27 | 0% | 0% | 356 | 2% | 0% |
| Tributos (Exceto encargos sociais) | 36.187 | 252% | 15% | 48.580 | 306% | 19% |
| Total - Indicadores sociais externos | 36.214 | 252% | 15% | 48.936 | 308% | 19% |
| 4 - Indicadores ambientais | Valor | % sobre FPB | % sobre RL | Valor | % sobre FPB | % sobre RL |
| Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária: | 755 | 5% | 0% | 919 | 6% | 0% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos: | 697 | 5% | 0% | 640 | 4% | 0% |
| Total de investimentos em meio ambiente | 1.452 | 10% | 0% | 1.559 | 10% | 0% |
| Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, ou consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária: | () Não possui metas | | | () Não possui metas | | |
| | () Cumpre de 0 a 50% | | | () Cumpre de 0 a 50% | | |
| | () Cumpre de 50 a 75% | | | () Cumpre de 50 a 75% | | |
| | (X) Cumpre de 75 a 100% | | | (X) Cumpre de 75 a 100% | | |
| 5 - Indicadores do corpo funcional | 2020 | | | 2019 | | |
| Nº de colaboradores ao final do período | 274 | | | 283 | | |
| Tempo de serviço | 0,36% até seis meses | 5,11% de seis meses a um ano | | 10,95% até seis meses | 12,72% de seis meses a um ano | |
| | 20,44% entre um e dois anos | 27,74% entre dois e cinco anos | | 22,97% entre um e dois anos | 12,01% entre dois e cinco anos | |
| | 46,35% mais de cinco anos | | | 41,34% mais de cinco anos | | |
| Nº de admissões durante o período | 23 | | | 72 | | |
| Nº de demissões durante o período | 32 | | | 128 | | |
| Nº de estagiários (as) | 1 | | | 1 | | |
| Nº de colaboradores terceirizados | 519 | | | 535 | | |
| Nº de colaboradores com até 18 anos | - | | | 5 | | |
| Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos | 44 | | | 52 | | |
| Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos | 170 | | | 169 | | |
| Nº de colaboradores acima de 45 anos | 60 | | | 57 | | |
| % de mulheres que trabalham na Concessionária | 104 | | | 105 | | |
| Nº de cargos gerenciais ocupados por mulheres | 23,81% | | | 26,92% | | |
| Remuneração paga a mulheres no período | 215 | | | 217 | | |
| Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária | 43 | | | 41 | | |
| Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais | 8 | | | 11 | | |
| Total de horas extras trabalhadas | 1.874 | | | 2.219 | | |
| Total de horas extras pagas | 363 | 3% | 0% | 357 | 2% | 0% |
| Total de INSS pagos | 1.958 | 14% | 1% | 2.836 | 18% | 1% |
| Total de FGTS pago | 956 | 7% | 0% | 1.827 | 12% | 1% |
| Total de Contribuição Sindical paga | 226 | 2% | 0% | 249 | 2% | 0% |
| Total dos demais encargos sociais pagos | 310 | 2% | 0% | 649 | 4% | 0% |
| Total de ICMS recolhido no período | 1.491 | 10% | 1% | 742 | 5% | 0% |
| Total de IR recolhido no período | 10.948 | 76% | 4% | 17.869 | 113% | 7% |
| Total de CSLL recolhida no período | 4.076 | 28% | 2% | 6.413 | 40% | 2% |
| Total de PIS recolhida no período | 1.468 | 10% | 1% | 1.750 | 11% | 1% |
| Total de COFINS recolhida no período | 6.774 | 47% | 3% | 8.079 | 51% | 3% |
| Total de outros tributos recolhidos no período | 11.491 | 80% | 5% | 13.779 | 87% | 5% |

Teresópolis, com ações que propiciam o desenvolvimento de 50 (cinquenta) jovens entre 12 e 21 anos.

Devido a pandemia, as instituições suspenderam as atividades por um período e retornaram de forma alternativa para conclusão dos projetos.

Na área ambiental, podemos destacar:

Dia Mundial do Meio Ambiente: Para marcar as comemorações pelo “Dia dia Mundial do Meio Ambiente”, a CRT promove a distribuição de mudas que ocorre no sentido Teresópolis, após a passarela de Mauá (km-131), em Bongaba, Magé, como forma de incentivar a consciência ecológica e a preservação ambiental entre os moradores ou visitantes da Região Serrana.

Mutirão de limpeza em bairros lindeiros: Gerar a conscientização sobre a importância de se preservar o meio ambiente como forma de prevenir tragédias em comunidades próximas a encostas, quando da ocorrência de chuvas fortes.

Comemoração Dia da Árvore: Para marcar as comemorações pelo “Dia da Arvore”, a CRT promove a distribuição de mudas que ocorre no sentido Teresópolis, após a passarela de Mauá (km-130,5), em Bongaba, Magé, como forma de incentivar a consciência ecológica e a preservação ambiental entre os moradores ou visitantes da Região Serrana.

Projeto Fauna Viva, que existe desde 2008 e conta com o apoio e a colaboração do Instituto Chico Mendes, do IBAMA, do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Laboratório de Anatomia.

O objetivo central é identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência desse tipo de acidente. Dessa forma, busca-se informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudem na redução dessas ocorrências, como, por exemplo, a implantação de dispositivos que permitam a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto é resgatar espécies saudáveis feridas ou em perigo no entorno da rodovia.

O Projeto Fauna Viva é realizado na BR-116/RJ, trecho Rio-Teresópolis - Além Paraíba, totalizando 142,5 quilômetros. A área de estudo inicia-se no município de Duque de Caxias e atravessa os municípios de Magé, Guapimirim, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Sapucaia.

O trecho abriga uma das maiores reservas de Mata Atlântica do País - o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO). Ali vivem várias espécies como a onça-parda, macaco muriqui, preguiça, cachorro do mato além de diversas aves. Algumas espécies correm um risco maior de serem impactadas pelos atropelamentos na área da rodovia, como o macaco bugio, preguiça, cachorro-do-mato, tatu-galinha, gambá, ouriço-cacheiro, gaviões, e corujas de diversas espécies.

A seguir, demais projetos em andamento na área ambiental:

✓ Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e do Ar – PARNASO;

✓ Programa de Monitoramento Pluviométrico;

✓ Programa de Monitoramento da Poluição Sonora – PARNASO;

✓ Programa de Implantação de Espécies Nativas da Mata Atlântica;

✓ Programa de Controle Ambiental;

A sustentabilidade também é uma prática constante na CRT. Pelo projeto de compostagem, as sobras de alimentos geradas no restaurante da empresa são transformadas em composto orgânico para utilizar no plantio e manutenção das espécies cultivadas no horto florestal. Essas espécies são utilizadas em plantios compensatórios e paisagísticos, e aplicadas como barreira antiofuscante na rodovia.

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária

Número total de acidentes de trabalho

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:

Quando a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:

A participação nos lucros ou resultados contempla:

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:

Quando à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:

% de reclamações e críticas solucionadas:

Valor adicionado total a distribuir:

Distribuição do Valor Adicionado

38% governo

19% acionistas

17% colaboradores

21% terceiros

5% retido

33% governo

24% acionistas

12% colaboradores

24% terceiros

7% retido

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 Prêmios e Reconhecimentos

Em 2005, a CRT foi eleita a melhor concessionária federal, segundo pesquisa de avaliação da satisfação dos usuários de serviços das empresas de transporte terrestre, realizada entre os meses de junho e julho pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por meio de empresa especializada.

Em 2014, a pesquisa de satisfação foi realizada em todo o território nacional entre março e junho, com aplicação de, aproximadamente, 89 mil questionários junto a usuários de rodovias federais, transportes rodoviários de passageiros e transporte ferroviário de carga. No segmento de rodovias concedidas foram realizadas 11.947 entrevistas com motoristas amadores e profissionais, que avaliaram 49 trechos de 14 concessionárias. Como resultado da consulta, a Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) administrada pela Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) e a Rodovia Presidente Dutra (BR-116) foram apontadas como as melhores rodovias federais sob concessão no país, com a avaliação média geral de 7,1.

Segundo a pesquisa IBOPE/2020, realizada a cada dois anos, conforme previsto no contrato de concessão, 84% dos entrevistados consideram a rodovia Ótima + Boa. Esse índice revela a satisfação de nossos usuários em relação aos investimentos e serviços prestados pela Companhia.

O Projeto Teatro dos Apaixonados realizado pela APAE de Magé/RJ, patrocinado integralmente pela CRT, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura – Lei Rouanet, e sob a gestão da Criativa Social, recebeu o Prêmio Baixada 2016. Em sua 15ª edição, a premiação tem como objetivo valorizar as ações de pessoas e instituições envolvidas com produção cultural e artística.

8.2 Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, BKR Lopes Machado Auditores, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

8.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Concessionária Rio-Teresópolis S/A declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da BKR Lopes Machado Auditores e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

8.4 Agradecimentos

Aproveitamos o ensejo para agradecer aos usuários da rodovia, ao permanente apoio dos acionistas, investidores, fornecedores, Poder Concedente e demais instituições governamentais, e a todos os nossos colaboradores pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

A ADMINISTRAÇÃO



BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

| Ativo | Nota | 2020 | 2019 | Passivo | Nota | 2020 | 2019 |
|-----------------------------------|------|----------------|----------------|--|------|----------------|----------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 95.227 | 60.475 | Fornecedores | 11a | 1.946 | 2.248 |
| Créditos a receber | 6 | 14.037 | 14.931 | Arrendamento mercantil | 11b | 979 | 3.605 |
| Estoques | 7 | 1.214 | 1.251 | Empréstimos e financiamentos | 12 | 1.384 | 8.322 |
| Despesas antecipadas | | 218 | 3.178 | Remuneração a pagar a debenturistas | 16 | 3.512 | 5.695 |
| Impostos a recuperar | 8a | 1.008 | 459 | Instrumentos financeiros | 16 | 18.491 | - |
| Imposto de renda e CSLL diferidos | 8c | 3.828 | - | Salários, provisões e contribuições | 13 | 3.822 | 3.800 |
| Adiantamento a fornecedores | | 236 | 239 | Obrigações fiscais | 8b | 4.413 | 4.930 |
| Outros | | 685 | 809 | Provisão para manutenção | 15 | 656 | 494 |
| | | 116.453 | 81.342 | Dividendos | 11c | 6 | 6 |
| | | | | Outras obrigações | 11c | 2.049 | 1.512 |
| | | | | | | 36.673 | 30.612 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Depósitos judiciais | 14 | 732 | 710 | Arrendamento mercantil | 11b | - | 831 |
| Outras contas a receber | | 1.430 | 1.366 | Empréstimos e financiamentos | 12 | - | 1.372 |
| Imposto de renda e CSLL diferidos | 8c | 1.677 | 4.219 | Instrumentos Financeiros | 16 | - | 13.505 |
| Indenizações a receber | 14 | 3.981 | 3.981 | Obrigações legais decorrentes de processos judiciais | 14 | 8.912 | 8.332 |
| Imobilizado | 9 | 1.566 | 2.156 | Provisão para manutenção | 15 | - | 143 |
| Imobilizado - arrendamento | 9.1 | 780 | 4.124 | | | 8.912 | 24.183 |
| Intangível | 10 | 56.041 | 93.918 | Patrimônio líquido | | | |
| | | 66.207 | 110.474 | Capital social | 17a | 99.400 | 95.000 |
| | | 182.660 | 191.816 | Reservas de capital | 17c | 3.596 | 3.596 |
| | | | | Reservas de lucros | 17c | 33.494 | 38.425 |
| | | | | | | 136.490 | 137.021 |
| Total do ativo | | 182.660 | 191.816 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 182.660 | 191.816 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Reservas de lucros | | | | | | Lucros acumulados | Total |
|--|--------------------|-----------------|--------------|------------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------|----------------|
| | Capital social | Reserva de ágio | Legal | Restituição de capital | Reserva para investimento | Reserva retenção de lucros | | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2019 | 93.000 | 3.596 | 1.974 | 4.935 | 2.768 | 34.810 | - | 141.083 |
| Aumento de capital | 2.000 | - | (1.026) | - | (974) | - | - | - |
| Dividendos de ex. anterior distribuídos no período | - | - | - | - | - | (14.799) | - | (14.799) |
| Dividendos antecipados | - | - | - | - | - | (5.929) | - | (5.929) |
| Dividendos pagos | - | - | - | - | - | - | (31.742) | (31.742) |
| Dividendos adicionais propostos | - | - | - | - | - | 11.487 | (11.487) | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 48.408 | 48.408 |
| Apropriação do lucro do exercício | | | | | | | | |
| Constituição de reservas | - | - | 2.420 | 460 | 2.299 | - | (5.179) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 95.000 | 3.596 | 3.368 | 5.395 | 4.093 | 25.569 | - | 137.021 |
| Aumento de capital | 4.400 | - | (2.256) | - | (2.144) | - | - | - |
| Dividendos de ex. anterior distribuídos no período | - | - | - | - | - | (5.558) | - | (5.558) |
| Dividendos antecipados | - | - | - | - | - | (4.487) | - | (4.487) |
| Dividendos pagos | - | - | - | - | - | - | (15.225) | (15.225) |
| Dividendos adicionais propostos | - | - | - | - | - | 6.866 | (6.866) | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 24.739 | 24.739 |
| Apropriação do lucro do exercício | | | | | | | | |
| Constituição de reservas | - | - | 1.238 | 235 | 1.175 | - | (2.648) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 99.400 | 3.596 | 2.350 | 5.630 | 3.124 | 22.390 | - | 136.490 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

| | Nota | 2020 | 2019 |
|---|------|-----------|-----------|
| Receita de serviços | | 204.721 | 244.659 |
| Receita extraordinária | | 1.520 | 1.329 |
| Receita de construção | | 38.999 | 14.747 |
| Receita operacional líquida | 18 | 245.240 | 260.735 |
| Custo dos serviços | 19 | (123.097) | (111.529) |
| Custo de construção | 19 | (38.999) | (14.747) |
| Lucro bruto | | 83.144 | 134.459 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 20 | (18.733) | (19.958) |
| Depreciações e amortizações | | (4.021) | (4.633) |
| Participação de empregados | 22a | (2.052) | (2.123) |
| Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas | | 3 | (84) |
| Lucro operacional | | 58.341 | 107.661 |
| Receitas financeiras | 21 | 2.693 | 2.828 |
| Despesas financeiras | 21 | (6.100) | (4.111) |
| Remuneração de debenturistas | 21 | (15.171) | (33.687) |
| Despesas financeiras, líquidas | | (18.578) | (34.970) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 39.763 | 72.691 |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes | 8d | (16.533) | (26.592) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferidos | 8c | 1.509 | 2.309 |
| Lucro líquido do exercício | | 24.739 | 48.408 |
| Lucro líquido por ação - básico | 23 | | |
| Ações preferenciais | | 301,58 | 590,12 |
| Ações ordinárias | | 274,16 | 536,48 |
| Lucro líquido por ação - diluído | 23 | | |
| Ações preferenciais | | 251,05 | 510,32 |
| Ações ordinárias | | 228,22 | 463,92 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 2020 | 2019 |
|---|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 24.739 | 48.408 |
| Outros componentes do resultado abrangente | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | 24.739 | 48.408 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 2020 | 2019 |
|---|-----------------|-----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 39.763 | 72.691 |
| Depreciação e amortização | 82.234 | 69.679 |
| Baixa depreciação, amortização e intangível | (185) | 2.173 |
| Provisão para contingências | 1.215 | 558 |
| Reversão de contingências | (634) | (1.053) |
| Recapamento | 118 | 116 |
| Reversão recapamento | (99) | (437) |
| Juros e encargos financeiros | 500 | 1.364 |
| Encargos debêntures | 15.171 | 33.687 |
| Despesa financeira - debêntures | 4.986 | 2.188 |
| Lucro líquido ajustado | 143.069 | 180.966 |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| Despesa antecipada | 2.960 | (1.122) |
| Créditos a receber | 894 | (381) |
| Adiantamento a fornecedor | 3 | 61 |
| Estoques | 37 | (239) |
| Depósitos e bloqueios judiciais | (22) | (46) |
| Impostos a recuperar | (1.262) | 1.109 |
| Fornecedores | (302) | (318) |
| Impostos a recolher | (110) | (8) |
| Participação nos lucros dos resultados | 142 | (177) |
| Outras obrigações a pagar | 537 | (223) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | 2.817 | (1.594) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | (16.002) | (25.927) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | 129.884 | 153.445 |
| Aplicações financeiras – resgates (aplicações) líquidos | - | 2.942 |
| Adições de Imobilizado e Intangível | (40.240) | (26.206) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (40.240) | (23.264) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Amortizações de empréstimos | (8.187) | (14.809) |
| Pagamento de dividendos | (25.270) | (52.470) |
| Novas captações de empréstimos obtidos | - | 5.217 |
| Encargos e juros financeiros pagos a terceiros | (623) | (1.671) |
| Contratos de arrendamento | (3.458) | 4.436 |
| Remunerações pagas a debenturistas | (17.354) | (36.034) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | (54.892) | (95.331) |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos | 34.752 | 34.850 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | |
| Saldo no início do exercício | 60.475 | 25.625 |
| Saldo no final do exercício | 95.227 | 60.475 |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos | 34.752 | 34.850 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 2020 | 2019 |
|--|----------------|----------------|
| Receitas | | |
| Receita bruta de serviços | 224.106 | 267.826 |
| Receitas extraordinárias | 1.666 | 1.455 |
| Outras receitas | 3 | 8 |
| Receita de construções | 38.999 | 14.747 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (37.854) | (37.711) |
| Custos contratuais da concessão | (7.019) | (7.261) |
| Custos construções | (38.999) | (14.747) |
| Valor adicionado bruto | 180.902 | 224.317 |
| Depreciação e amortização | (81.928) | (69.598) |
| Valor adicionado líquido produzido | 98.974 | 154.719 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Receitas financeiras | 2.693 | 2.828 |
| Valor adicionado total a distribuir | 101.667 | 157.547 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal e encargos | 17.126 | 19.434 |
| Remuneração direta | 10.768 | 11.800 |
| Benefícios | 3.370 | 3.710 |
| FGTS | 936 | 1.801 |
| Participações de empregados e dirigentes | 2.052 | 2.123 |
| Impostos, taxas e contribuições | 38.479 | 51.706 |
| Federais | 25.694 | 37.487 |
| Estaduais | 1.491 | 742 |
| Municipais | 11.294 | 13.477 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 21.323 | 37.999 |
| Juros | 5.975 | 3.980 |
| Remuneração de debenturistas | 15.171 | 33.687 |
| Aluguéis | 177 | 332 |
| Remuneração de capitais próprios | 24.739 | 48.408 |
| Dividendos | 19.712 | 37.671 |
| Lucros retidos do exercício | 5.027 | 10.737 |
| Total do lucro distribuído | 101.667 | 157.547 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Informações Gerais
 A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. ("CRT" ou "Companhia") - foi constituída em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22/03/1996, com término em 21/03/2021, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

A CRT foi constituída sob a forma de "sociedade anônima", com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede está localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) s/nº km 133,5 – Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR.

Até a data de divulgação destas demonstrações financeiras, não houve ainda a definição da forma de prorrogação do contrato de concessão, entretanto, a CRT iniciou as tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, visando eventual extensão do prazo em vigor até a posse do vencedor da nova licitação.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pelo conselho de Administração da Companhia em 10 de fevereiro de 2021.

2 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Bases de preparação

(a) Demonstrações financeiras
 As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.19. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards" (IFRS)), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), bem como as orientações específicas emanadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações
 Não há normas IFRS/CPC e/ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderão ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia.

2.3. Aplicação financeira

A Companhia classifica sua aplicação financeira pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos no período. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações são reconhecidos no resultado do exercício.

2.4. Créditos a receber

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio eletrônico, receitas alternativas, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio eletrônico são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Companhia conhece a abordagem simplificada conforme indicado pelo IFRS 9/CPC 48, que determina as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, porém por não considerar duvidosa a recuperação dos créditos, não constituiu provisão para perdas.

2.5. Estoques

Os estoques são apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. O custo é determinado pelo método do custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.6. Ativos intangíveis

(a) **Infraestrutura**
 Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O reconhecimento inicial do ativo intangível é feito pelo custo de aquisição/ construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de itens da infraestrutura, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida com base no prazo de concessão. Quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Intangível em formação corresponde aos custos incorridos e capitalizados que estão diretamente relacionados às atividades de construção da infraestrutura objeto da concessão das rodovias. Adicionalmente, os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia são capitalizados à medida em que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação da infraestrutura da concessão.

(b) <



em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido dos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.9 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de doze meses. Caso contrário, as contas a pagar, são apresentadas como passivo não circulante. Normalmente é reconhecida pelo valor da fatura correspondente a aquisição.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido na Demonstração do Resultado ou capitalizado durante a fase de construção, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.12 Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| Nome do tributo | Sigla | Alíquotas |
|--|--------|--------------|
| Contribuição para o Programa de Integração Social | PIS | 0,65 e 1,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social | COFINS | 3,00 e 7,60% |
| Imposto Sobre Serviço | ISS | 5% |

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções da receita bruta na Demonstração do Resultado, juntamente com o ISS.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos sobre as diferenças temporárias foram constituídos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. As projeções para geração de lucro tributável futuro estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e poderá ser baixado na medida em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para sua utilização. Os impostos diferidos ativos são revisados trimestralmente. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperado ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal que os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.13 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados em conformidade com a política que atribui na parcela do lucro destinado aos acionistas após certos ajustes, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração.

2.14 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais, quando aplicável, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.15 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das classificações, levando em consideração o tipo de transação, tipo de cliente e as especificações de cada operação.

a) Receita de serviços

A receita de serviços compreende a cobrança e pedágio e é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A atividade da Companhia é alcançada pela ICPC01, sendo a receita de construção registrada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas Demonstrações do Resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos, cabendo à CRT a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2.16 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da mesma observada as antecipações. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, mediante a recomendação/validação prévia do Conselho de Administração.

2.17 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas demonstrações financeiras.

2.18 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente, e os circulantes somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.19 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

a.1) Amortização do ativo intangível da concessão

No julgamento da Administração, o método que melhor reflete o consumo do ativo intangível é o método de amortização linear. Assim, os valores registrados como ativo intangível de concessão, são amortizados ao longo do período do contrato de concessão.

b) Estimativas e premissas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam maior probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

b.1) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais, bem como a avaliação dos advogados externos. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.2) Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas civis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável, em conformidade com o CPC 25. Na Nota 14 estão divulgados os montantes dos processos judiciais classificadas com risco de perda "possível", os quais poderão impactar o saldo da provisão para contingências no próximo exercício social, caso a sua probabilidade de perda seja reavaliada para "provável".

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.20 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.21 Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação. A classificação poderá ser da seguinte forma:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- Valor justo por meio do resultado.

Nesse sentido, a Companhia classificou seus ativos financeiros como "custo amortizado" (demais ativos financeiros).

As receitas com juros provenientes dos ativos financeiros classificados como custo amortizado são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. As perdas por impairment, quando aplicável, são apresentadas em uma conta separada na Demonstração do Resultado.

Os passivos financeiros foram classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", sendo mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.22 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.23 Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza a execução do contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

3 - Gestão de Risco Financeiro

a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Concessionária não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. A política da Companhia é a de manter o fluxo de empréstimos associado à taxa de juros fixa.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, contas a receber de empresas de arrecadação automática de pedágio e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com "rating" mínimo "A(bra)". Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área financeira da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do Balanço Patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em depósitos de curto prazo e títulos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A companhia não opera com derivativos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha aplicações em certificados de depósito bancário (CDB) de R\$ 90.530 (R\$ 52.673 em 2019), dos quais se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

3.1 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, foi requerido algum julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e não divergem, de forma significativa, do seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações com Poder Concedente.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

| Operação | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
|-------------------------------|------------------|---------------|---------------|
| Aplicação financeira | 90.530 | 90.530 | 90.530 |
| Taxa anual estimada do CDI | 2,76% | 2,07% | 1,38% |
| Efeito anual no caixa líquido | 2.499 | 1.874 | 1.249 |

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

BNDES Automático II

| Operação | Risco | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
|--|--------------|------------------|---------------|---------------|
| Passivos financeiros/Empréstimos e financiamentos | | | | |
| BNDES Sub-Crédito 1 | TJLP + 6,00% | 1.421 | 1.425 | 1.429 |
| Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano) | | 4,55% | 5,69% | 6,83% |

(d) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de câmbio.

(e) Derivativos

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo debêntures, empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, podem ser assim sumarizados:

| | 2020 | 2019 |
|--|----------|----------|
| Debtôres (Nota 16) | 22.003 | 19.200 |
| Total dos empréstimos (Nota 12) | 1.384 | 9.694 |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) | (95.227) | (60.475) |
| Dívida líquida | (71.840) | (31.581) |
| Total do patrimônio líquido | 136.490 | 137.021 |
| Total do capital | 64.650 | 105.440 |
| Índice de alavancagem financeira | (1,11) | (0,30) |

Em 04 de agosto de 2020, a classificadora de riscos Fitch Ratings revisou a carteira de concessionárias de rodovia e de transportes no Brasil, tendo em vista o cenário atual com a pandemia com o Coronavírus (COVID-19), e a Companhia teve o seu rating afirmado em 'AAA(bra)', com perspectiva estável.

4 - Contrato de Concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-040/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Pelo convênio, a Companhia pode destinar até 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além da adoção do IPCA em substituição à fórmula paramétrica, originariamente prevista no contrato de concessão.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 10.004, no período de 2021, como segue (dados em milhares de reais):

| | 2021 | 2020 |
|---------------------|--------|--------|
| Investimentos - PER | 10.004 | 10.004 |

Tais investimentos estão condicionados à autorização prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que estabelece o cronograma dos investimentos que deverão ser efetuados. A ANTT através da emissão de Notas Técnicas aprovadas pela Diretoria Colegiada autoriza a forma, o valor e o prazo para manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato. Essa avaliação é feita anualmente.

5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

| | 2020 | 2019 |
|--|---------------|---------------|
| Caixa e Bancos: | 4.697 | 7.802 |
| Aplicações Financeiras de curto prazo: | | |
| Banco Santander S.A. | 36.789 | 20.074 |
| Caixa Econômica Federal | - | 6.217 |
| Banco ABC Brasil S.A. | 53.741 | 21.328 |
| Banco Bradesco S.A. | - | 5.054 |
| Total das Aplicações | 90.530 | 52.673 |
| Total caixas, bancos e aplicações | 95.227 | 60.475 |

As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 99,0% e 104,0% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos, se equipara ao seu valor de mercado.

6 - Créditos a Receber

| | 2020 | 2019 |
|--------------------|--------|--------|
| Pedágio eletrônico | 13.248 | 13.833 |
| Vale Pedágio | 761 | 1.058 |
| Outros | 28 | 40 |
| Total | 14.037 | 14.931 |

A Companhia vem operando desde o ano de 2009 com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via Fácil. Em 18/09/2017, a CGMP (Centro de Gestão de Meios de Pagamento) incorporou a DBTRANS, responsável pelo sistema de vale pedágio utilizado pela Companhia desde 2011.

Além desses, a Companhia opera ainda com os pedágios eletrônicos Voleo, Conectcar, Move Mais, Grenpass e vale pedágio Visa Vale. Os valores repassados pelas administradoras são recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário sem a incidência de juros. A comissão sobre esta operação é cobrada diretamente do usuário.

A Companhia não registra provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos. Em 31 de dezembro de 2020, não há valores significativos em atraso.

7 - Estoques

| | 2020 | 2019 |
|---------------|-------|-------|
| Almoxarifado | 1.101 | 1.073 |
| Matéria-prima | 113 | 178 |
| Total | 1.214 | 1.251 |

Os estoques representam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.



8 - Impostos, Taxas e Contribuições

a) Impostos a recuperar

| | 2020 | 2019 |
|---|-------|------|
| Imposto de Renda e Contribuição Social PIS e COFINS | 94 | 218 |
| ISS | 648 | 227 |
| ISS | 5 | — |
| IPTU | 14 | 14 |
| ICMS | 247 | — |
| Circulante | 1.008 | 459 |

b) Obrigações fiscais

| | 2020 | 2019 |
|---|-------|-------|
| Imposto de Renda e Contribuição Social PIS e COFINS | 2.127 | 2.534 |
| ISS | 903 | 969 |
| ISS | 1.365 | 1.364 |
| ICMS | — | 46 |
| IRRF | 18 | 17 |
| Circulante | 4.413 | 4.930 |

O Governo Federal através da Portaria nº 139 de 03 de abril de 2020 e Portaria nº 245 de 15 de junho de 2020, adotou medidas especiais para postergação do recolhimento de alguns tributos federais, em virtude do quadro de calamidade pública que assolou o Brasil, provocada pela pandemia do Coronavírus – COVID-19. A companhia aderiu à postergação dos recolhimentos do PIS e da COFINS como forma de administrar o seu fluxo de caixa. Os valores postergados foram recolhidos, mantendo-se no saldo a recolher, a competência de dezembro de 2020.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro, reconhece, quando aplicável, créditos tributários, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovada pela Administração. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente.

O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

| | 2020 | | | 2019 | | |
|--|-------|-------|-------|-------|------|-------|
| | IRPJ | CSLL | Total | IRPJ | CSLL | Total |
| Ativo | | | | | | |
| IR e CSLL diferidos s/ Prov. Custo Manutenção | 18 | 6 | 24 | 79 | 29 | 108 |
| IR e CSLL diferidos s/ Remuneração Debenturistas | 35 | 13 | 48 | 197 | 71 | 268 |
| IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures | 3.546 | 1.277 | 4.823 | 2.300 | 828 | 3.128 |
| IR e CSLL diferidos s/ Arrendamento | 224 | 80 | 304 | 1.069 | 385 | 1.454 |
| Ativo não circulante | 3.823 | 1.376 | 5.199 | | | |
| Passivo | | | | | | |
| IR e CSLL diferidos Receita Financeira | 63 | 23 | 86 | | | |
| IR e CSLL diferidos Amortização Intangível | 104 | 37 | 141 | | | |
| IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures | 841 | 303 | 1.144 | | | |
| Passivo não circulante | 1.008 | 363 | 1.371 | | | |
| Imposto diferido líquido ativo | 2.815 | 1.013 | 3.828 | | | |

Os impostos diferidos anteriormente classificados no Não Circulante foram transferidos para o Circulante, no balanço patrimonial, em função das diferenças temporárias estarem intrinsicamente vinculadas ao Contrato de Concessão.

| | 2020 | | | 2019 | | |
|--|-------|------|-------|-------|-------|-------|
| | IRPJ | CSLL | Total | IRPJ | CSLL | Total |
| Ativo | | | | | | |
| IR e CSLL diferidos s/ Prov. Custo Manutenção | — | — | — | 79 | 29 | 108 |
| IR e CSLL diferidos s/ Prov. Riscos | 2.228 | 802 | 3.030 | 2.083 | 750 | 2.833 |
| IR e CSLL diferidos s/ Remuneração Debenturistas | — | — | — | 197 | 71 | 268 |
| IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures | — | — | — | 2.300 | 828 | 3.128 |
| IR e CSLL diferidos s/ Arrendamento | — | — | — | 1.069 | 385 | 1.454 |
| Ativo não circulante | 2.228 | 802 | 3.030 | 5.728 | 2.063 | 7.791 |
| Passivo | | | | | | |
| IR e CSLL diferidos Receita Financeira | — | — | — | 204 | 73 | 277 |
| IR e CSLL diferidos Amortização Intangível | — | — | — | 587 | 211 | 798 |
| IR e CSLL diferidos s/ Reembolso de contingência | 995 | 358 | 1.353 | 995 | 358 | 1.353 |
| IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures | — | — | — | 841 | 303 | 1.144 |
| Passivo não circulante | 995 | 358 | 1.353 | 2.627 | 945 | 3.572 |
| Imposto diferido líquido ativo | 1.233 | 444 | 1.677 | 3.101 | 1.118 | 4.219 |

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

| | 2020 | 2019 |
|--|-----------------|-----------------|
| Lucro antes da tributação | 39.763 | 72.691 |
| IR e CS sobre lucro líquido 34% | (13.519) | (24.715) |
| Despesas não dedutíveis diversas | (1.816) | (2.153) |
| Exclusões permanentes diversas | 600 | 598 |
| Incentivos fiscais | — | 107 |
| Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias | 593 | 313 |
| Ajustes IRPJ e CSLL exercícios anteriores | 224 | 76 |
| IRPJ e CSLL sobre contratos de arrendamento | (1.130) | 1.467 |
| Outros | 24 | 24 |
| IR e CS totais | (15.024) | (24.283) |
| Corrente | (16.533) | (26.592) |
| Diferido | 1.509 | 2.309 |

9 - Imobilizado

| | 2020 | 2019 |
|--|--------------|--------------|
| Equipamentos e Instalações | 813 | 496 |
| Computadores e Periféricos | 496 | 158 |
| Móveis e Utensílios | 158 | 428 |
| Veículos | 428 | 65 |
| Outros Imobilizados ¹ | 65 | 196 |
| Estoques para Imobilizações ² | 196 | 144 |
| Total | 2.156 | 1.566 |

| | 2020 | 2019 |
|----------------------------------|------------|------------|
| Saldo inicial líquido | 738 | 633 |
| Aquisições | — | 3 |
| Transferências | 259 | 105 |
| Baixas | (9) | (56) |
| Depreciação | (179) | (232) |
| Baixas | 4 | 43 |
| Saldo contábil líquido | 813 | 496 |
| Em 31 de dezembro de 2019 | | |
| Custo | 2.257 | 1.402 |
| Depreciação acumulada | (1.444) | (906) |
| Saldo contábil líquido | 813 | 496 |
| Em 1º de janeiro de 2020 | | |
| Saldo inicial líquido | 813 | 496 |
| Aquisições | — | — |
| Transferências | 98 | 10 |
| Baixas | — | (19) |
| Depreciação | (183) | (184) |
| Baixas | — | 13 |
| Saldo contábil líquido | 728 | 316 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | | |
| Custo | 2.355 | 1.393 |
| Depreciação acumulada | (1.627) | (1.077) |
| Saldo contábil líquido | 728 | 316 |

¹ Referem-se as Imobilizações em andamento; Prédios e benfeitorias; Terrenos; Ferramentas e Software Business Intelligence.

² Referem-se as Imobilizações localizadas no almoxarifado: Móveis e utensílios, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, entre outros bens adquiridos para futura utilização no ativo fixo.

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estão vinculados diretamente a concessão. Anualmente, a Companhia avalia se existem evidências de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e, quando aplicável, realiza teste de recuperação dos mesmos. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

9.1 Contratos de arrendamento

Identificamos R\$ 780 de compromissos com arrendamento mercantil operacional e este valor está sendo reconhecido no balanço patrimonial como direito de uso de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia provisionou o valor de R\$ 95 correspondente a pagamentos de arrendamento de curto prazo e de baixo valor, que são reconhecidos linearmente como uma despesa no resultado do exercício.

| | Veículos leves | Veículos pesados | Equipamentos | Total |
|----------------------------------|----------------|------------------|--------------|--------------|
| Saldo inicial | 723 | 3.828 | 146 | 4.697 |
| Custo | 996 | 4.488 | — | 5.484 |
| Baixas | (723) | (2.710) | — | (3.433) |
| Depreciação | (694) | (3.165) | (116) | (3.975) |
| Baixas | 356 | 995 | — | 1.351 |
| Saldo contábil líquido | 658 | 3.436 | 30 | 4.124 |
| Em 31 de dezembro de 2019 | | | | |
| Custo | 996 | 5.606 | 146 | 6.748 |
| Depreciação acumulada | (338) | (2.170) | (116) | (2.624) |
| Saldo contábil líquido | 658 | 3.436 | 30 | 4.124 |
| Em 1º de janeiro de 2020 | | | | |
| Saldo inicial | 658 | 3.436 | 30 | 4.124 |
| Custo | 338 | 2.170 | 116 | 2.624 |
| Aquisições | — | — | 82 | 82 |
| Depreciação | (882) | (4.940) | (228) | (6.050) |
| Saldo contábil líquido | 114 | 666 | — | 780 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | | | | |
| Custo | 996 | 5.606 | 228 | 6.830 |
| Depreciação acumulada | (882) | (4.940) | (228) | (6.050) |
| Saldo contábil líquido | 114 | 666 | — | 780 |

10 - Intangível

| | Infraestrutura | | | | Marcas e Patentes | Software | Total |
|----------------------------------|----------------|---------------|-----------------------|---|-------------------|-----------|------------|
| | Recuperação | Melhoramentos | Outros ⁽¹⁾ | Estoques para Imobilização ⁽¹⁾ | | | |
| Em 1º de janeiro de 2019 | | | | | | | |
| Custo | 149.248 | 44.862 | 253.489 | 20.353 | — | 38 | 953 |
| Amortização acumulada | (104.608) | (29.733) | (191.058) | — | — | (14) | (338) |
| Saldo contábil líquido | 44.640 | 15.129 | 62.431 | 20.353 | — | 24 | 615 |
| Em 31 de dezembro de 2019 | | | | | | | |
| Saldo inicial | 44.640 | 15.129 | 62.431 | 20.353 | — | 24 | 615 |
| Aquisições | 40 | 650 | — | 14.707 | 392 | — | 18 |
| Transferências | 21.453 | 684 | 11.759 | (33.891) | (27) | — | (6) |
| Baixas | — | (325) | — | — | — | — | (325) |
| Amortização | (25.905) | (7.565) | (31.267) | — | (56) | (8) | (183) |
| Transferências | — | (3) | 2 | — | — | — | 1 |
| Baixas | — | 256 | — | — | — | — | — |
| Saldo contábil líquido | 40.228 | 8.826 | 42.925 | 1.169 | 309 | 16 | 445 |
| Em 31 de dezembro de 2019 | | | | | | | |
| Custo | 170.741 | 45.871 | 265.248 | 1.169 | 365 | 24 | 965 |
| Amortização acumulada | (130.513) | (37.045) | (222.323) | — | (56) | (8) | (520) |
| Saldo contábil líquido | 40.228 | 8.826 | 42.925 | 1.169 | 309 | 16 | 445 |
| Em 1º de janeiro de 2020 | | | | | | | |
| Saldo inicial | 40.228 | 8.826 | 42.925 | 1.169 | 309 | 16 | 445 |
| Aquisições | — | 8 | — | 38.999 | 1.034 | — | — |
| Transferências | (3) | 951 | — | — | (951) | — | — |
| Baixas | — | (14) | — | — | — | — | — |
| Amortização | (34.844) | (8.285) | (34.500) | — | (309) | — | (169) |
| Baixas | 195 | 11 | — | — | — | — | — |
| Saldo contábil líquido | 5.576 | 1.497 | 8.425 | 40.168 | 83 | 16 | 276 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | |
| Custo | 170.738 | 46.816 | 265.248 | 40.168 | 448 | 24 | 965 |
| Amortização acumulada | (165.162) | (45.319) | (256.823) | — | (365) | (8) | (689) |
| Saldo contábil líquido | 5.576 | 1.497 | 8.425 | 40.168 | 83 | 16 | 276 |

(*) O valor de Outros se refere a obras em andamento.

Para os itens do Intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores recuperáveis, a Companhia realiza testes para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram identificadas evidências de que os saldos contábeis dos ativos corpóreos ou intangíveis estivessem registrados a valores superiores aos seus valores de recuperação.

Não houve capitalização de encargos financeiros que incorrem sobre financiamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. No exercício de 2019, a companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento no montante de R\$ 655, diretamente atribuíveis às obras realizadas ao longo da rodovia em conformidade com o direito de exploração.

11 - Fornecedores, Arrendamento Mercantil e outras Obrigações

| | 2020 | 2019 |
|---------------------------------------|-------|-------|
| Fornecedores | 1.946 | 2.248 |
| Fornecedores nacionais ⁽¹⁾ | 1.946 | 2.248 |

b) Arrendamento mercantil

| | 2020 | 2019 |
|------------------------------------|----------|------------|
| Arrendamento mercantil operacional | 952 | 3.469 |
| Arrendamento a apropriar | 27 | 136 |
| Passivo Circulante | 979 | 3.605 |
| Passivo Não Circulante | — | 831 |
| c) Outras obrigações | — | 831 |

| | 2020 | 2019 |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| Verba de fiscalização ⁽²⁾ | 364 | 356 |
| Receita diferida ⁽³⁾ | 398 | 679 |
| Retenções contratuais ⁽⁴⁾ | 887 | 169 |
| Seguros a pagar ⁽⁵⁾ | — | 54 |
| Energia ⁽⁶⁾ | 382 | 248 |
| Outras | 18 | 6 |
| | 2.049 | 1.512 |
| | 6 | 6 |
| Total | 2.055 | 1.518 |

(1) Os fornecedores nacionais compreendem obrigações perante fornecedores no País, relacionadas com compras de mercadorias e serviços a vencer no período de 12 (doze) meses do encerramento contábil. Os saldos de contas a pagar a fornecedores em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 representam obrigações com prazos de pagamento geralmente inferiores a três meses.

(2) Verbas anuais devidas ao Poder Concedente (ANTT), previstas no contrato de concessão. Em virtude da pandemia do Coronavírus – COVID-19, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, publicou a Resolução nº 5.892, a qual autorizou a postergação do prazo de recolhimento das verbas de fiscalização. A Companhia aderiu estas prorrogações como forma de administrar o seu fluxo caixa. Os valores postergados foram recolhidos, mantendo-se no saldo a recolher, a competência de dezembro de 2020.

(3) Antecipações recebidas de clientes referentes a receitas extraordinárias, por exploração da faixa de domínio que a Companhia irá se apropriar num período de até 12 (doze) meses subsequentes ao fato gerador.

(4) Referem-se aos valores retidos, a título de garantia na execução das obras, determinados através dos contratos firmados entre a Companhia e seus prestadores de serviços, onde os respectivos valores serão devolvidos na ocasião do término das obras.

(5) Os valores referem-se aos seguros contratados pela Companhia (Nota 24)

(6) Obrigações relativas à aquisição de serviço de energia elétrica

12 - Empréstimos e Financiamentos

| Objeto | Sub-créditos | Vencimento | Indexador | Encargos anuais (spread) | Saldo | Principal | Juros inco- | Saldo | |
|----------------------|--------------|------------|-----------|--------------------------|--------------|------------------|-------------|------------------|--------------|
| | | | | | inicial | | | | pagos * |
| BNDES | | | | | | | | | |
| Automático II | 1 | fev/21 | TJLP | 6,00% a.a. | 9.694 | — (8.187) | (47) | 547 (623) | 1.384 |
| Total | | | | | 9.694 | — (8.187) | (47) | 547 (623) | 1.384 |



6) Prêmio de emissão (em R\$): (Cláusula 2.9): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2,16513 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014.

7) Vencimento final: (Cláusula 2.18): **Vencimento:** Conforme facultado pelo art. 55, § 3º da Lei nº 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da EMISSORA, por qualquer razão, ressalvado o disposto no item 2.21.

8) Vencimento Antecipado: (Cláusulas 2.19 & 2.20):
 2.19 – Vencimento Antecipado. Na hipótese de dissolução da Emissora ou descumprimento das obrigações previstos na Cláusula 2.16, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário caso o inadimplemento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 2.16 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis: (i) com a disponibilidade financeira da Emissora (desde que, nesta hipótese, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 não ocorra por período superior a três exercícios sociais consecutivos); e/ou (ii) com os compromissos contratuais e/ou de investimentos da Emissora decorrentes do Contrato de Financiamento e/ou do Contrato de Concessão.

2.20 – Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, conforme disposto na Cláusula 2.19 acima, a EMISSORA pagará aos detentores das Debêntures, à época em circulação, o valor nominal das Debêntures, corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado auferido pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM”), ou, na extinção ou inativação deste, por qualquer outro índice que venha, de modo mais similar ao IGF-M, resguardar o valor econômico do valor nominal das Debêntures.

9) Conversibilidade: (Cláusula 2.11.1.): Os detentores das Debêntures poderão solicitar a conversão de suas Debêntures em ações preferenciais da Emissora a partir de 15 de maio de 2002, observando o disposto nas Cláusulas 2.11.4, 2.11.8 e 2.11.10 desta Escritura.

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá ser realizada até 30 (trinta) dias antes de 21 de março de 2021, data do término da concessão outorgada a EMISSORA, conforme Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995 (“Contrato de Concessão”).

(Cláusula 2.11.5.): Cada uma das Debêntures será conversível em 4,1225 novas ações preferenciais classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da EMISSORA, com as mesmas características das ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em moeda corrente nacional, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão tendo por base o valor patrimonial da ação. Quando o somatório das frações oriundas de conversões de cada debenturista for superior a 1 (uma) ação este não mais terá direito ao pagamento em moeda corrente nacional da fração que exceder a 1 (uma) ação.

(Cláusula 2.11.7.): As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

As ações preferenciais classe A da EMISSORA que forem emitidas em decorrência da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura e farão jus a todos os dividendos, bonificações e demais vantagens que venham a ser declarados em atos societários da EMISSORA a partir da data da solicitação de conversão pelo Debenturista, ressalvado, porém, que as ações preferenciais classe A resultantes da conversão de Debêntures participarão em dividendos que venham a ser distribuídos relativamente a lucros apurados no exercício social no qual ocorreu a conversão, pro rata temporis, com base no período de tempo compreendido entre a data de conversão e o término do exercício social.

10) Destinação dos Recursos: (Cláusula 2.12): Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela EMISSORA em decorrência da presente emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da Emissora; e (ii) o saldo remanescente será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da EMISSORA, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).

(Cláusula 2.12.2): A EMISSORA obriga-se a resgatar as ações preferenciais classe A de sua emissão, conforme descrito na Cláusula 2.12 acima, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição ou em até 10 (dez) dias anteriores a distribuição de participação nos lucros da Companhia referente ao 3º trimestre de 2002, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.

11) Remuneração: (Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura, sempre de forma a que cada Debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da EMISSORA, nas bases de conversão estabelecidas na Cláusula 2.11.5, sendo a participação nos lucros calculada de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 2.14.1 desta Escritura:

a. Para as participações nos lucros dos exercícios sociais findos até 31 de dezembro de 2003:

R = 4 x D

b. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2004:

R = 4,1233189 x D

c. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2005:

R = 4,1180175 x D

Onde:
 R = remuneração total de cada Debênture; e
 D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e (b) todos os debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

(Cláusula 2.14): **Remuneração:** A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

12) Compromisso de Distribuição: (Cláusula 2.2.17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39. AG30 & AG31, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. A opção de conversão, que está embutida nas debêntures conversíveis e cujo valor justo na data de emissão corresponde ao prêmio das opções, constitui um instrumento patrimonial, em aplicação do CPC 39.

Com relação à mensuração subsequente do instrumento patrimonial (opção de conversão) a Companhia atende ao CPC 39.36 que indica que as alterações de valor justo de instrumentos patrimoniais não devem ser reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Colocação das debêntures
 Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão, entretanto as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores no endereço www.crt.com.br, na seção de relação com investidores.

Quadro resumo

| Debêntures emitidas | Quantidade | Valor nominal unitário | Valor nominal - total | Valor unitário do prêmio | Valor do prêmio – total | Total geral |
|---------------------|------------|------------------------|-----------------------|--------------------------|-------------------------|-------------|
| | 23.100 | 0,56055 | 12.949 | 2,16513 | 50.014 | 62.963 |

| Debêntures canceladas | Quantidade | Valor nominal unitário | Valor nominal - total | Valor unitário do prêmio | Valor do prêmio – total | Total geral |
|-----------------------|------------|------------------------|-----------------------|--------------------------|-------------------------|-------------|
| | 9.420 | 0,56055 | 5.280 | 2,16513 | 20.396 | 25.676 |

| Debêntures em vigor | Quantidade | Valor nominal unitário | Valor nominal - total | Valor unitário do prêmio | Valor do prêmio – total | Total geral |
|---------------------|------------|------------------------|-----------------------|--------------------------|-------------------------|-------------|
| | 13.680 | 0,56055 | 7.668 | 2,16513 | 29.619 | 37.287 |

O valor nominal total de R\$ 7.668 (R\$ 18.491 ajustados a valor presente em 2020 e R\$ 13.505 em 2019), corresponde ao compromisso da Companhia com os debenturistas, em caso da não conversão das debêntures.

O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado.

O quadro abaixo demonstra a movimentação da remuneração das debêntures:

Instrumentos financeiros

| | Saldo Inicial 2020 | Adições | Transferências | Saldo Final 2020 |
|------------------------------------|--------------------|---------|----------------|------------------|
| Provisão de Passivo Circulante | - | 4.986 | 13.505 | 18.491 |
| Provisão de Passivo Não Circulante | 13.505 | - | (13.505) | - |

Remuneração de debêntures

| | Saldo Inicial 2020 | Adições | Baixas | Saldo Final 2020 |
|-----------------------------|--------------------|---------|----------|------------------|
| Debêntures remuneração | 5.695 | 15.171 | (17.354) | 3.512 |
| Total de debêntures a pagar | 19.200 | 20.157 | (17.354) | 22.003 |

17 - Patrimônio Líquido

a) Capital social
 O capital social é de R\$ 99.400 (R\$ 95.000 em 2019), dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 17 de abril de 2020, foi deliberado o aumento de R\$ 4.400 no capital social autorizado da Companhia, mediante utilização de Reservas de Lucros, passando a ser R\$ 99.400, não havendo alteração percentual na composição acionária.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

| | 2020 | | | | 2019 | | | |
|--|---------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|
| | ON | % | PN | % | Total | % | Total | % |
| Investimentos e Participações em | | | | | | | | |
| Infraestrutura S/A - INVEPAR | 17.994 | 36,88 | 3.550 | 9,42 | 21.544 | 24,92 | 21.544 | 24,92 |
| Serra Concessões S/A | 10.264 | 21,04 | 8.202 | 21,77 | 18.466 | 21,36 | 18.466 | 21,36 |
| ROAD Participações em Concessionárias Ltda. | 8.569 | 17,57 | 5.800 | 15,40 | 14.369 | 16,62 | 14.369 | 16,62 |
| Queiroz Galvão Logística S.A. | - | - | - | - | - | - | 10.264 | 11,87 |
| Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A | 10.264 | 21,04 | 8.201 | 21,76 | 18.465 | 21,35 | 8.201 | 9,48 |
| CRT - Fundo de Investimento em Participações | - | - | 9.526 | 25,28 | 9.526 | 11,02 | 9.526 | 11,02 |
| M.&G. Consultoria e Participações Ltda. | - | - | 711 | 1,89 | 711 | 0,82 | 711 | 0,82 |
| CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda. | 625 | 1,28 | 588 | 1,56 | 1.213 | 1,40 | 1.213 | 1,40 |
| ERG Participações Ltda. | 1.070 | 2,19 | 1.102 | 2,92 | 2.172 | 2,51 | 2.172 | 2,51 |
| Total | 48.786 | 100 | 37.680 | 100 | 86.466 | 100 | 86.466 | 100 |

A Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. sucedeu a Queiroz Galvão Logística S.A., em dezembro de 2019, mantendo-se as participações acionárias.

A CCNE Carioca Concessões S.A., alterou a sua denominação social e passou a ser designada de Serra Concessões S.A., em julho de 2020, mantendo-se as participações acionárias.

b) Dividendo
 É assegurado aos acionistas da Companhia dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços e/ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, observado o disposto em Lei.

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

O total de dividendos provisionado foi calculado como segue:

| | 2020 | 2019 |
|---------------------------------------|---------|---------|
| Lucro líquido do período | 24.739 | 48.408 |
| Reserva legal | (1.238) | (2.420) |
| Base de cálculo | 23.501 | 45.988 |
| Percentual do dividendo | 25% | 25% |
| Valor do dividendo mínimo obrigatório | 5.875 | 11.497 |
| Dividendo adicional pago | 9.350 | 20.245 |
| Dividendo adicional proposto | 6.867 | 11.487 |
| Total de dividendos | 22.092 | 43.229 |

Para o exercício de 2020, a distribuição atribuída é de 100% sobre o lucro ajustado. O quadro acima demonstra os dividendos mínimos obrigatórios, os dividendos adicionais pagos e os dividendos adicionais propostos. Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos no período:

| | Saldo Inicial 2020 | Atribuídos | Pagos | Saldo Final 2020 |
|--------------------------------------|--------------------|------------|----------|------------------|
| Dividendo mínimo obrigatório a pagar | 6 | - | - | 6 |
| Dividendo de exercício anterior | - | 5.558 | (5.558) | - |
| Dividendo proposto | - | 15.225 | (15.225) | - |
| Dividendos antecipados | - | 4.487 | (4.487) | - |
| Total de dividendos | 6 | 25.270 | (25.270) | 6 |

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio
 Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva legal
 Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.3) Reserva de restituição de capital (estatutária)
 Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

c.4) Reserva para investimentos (estatutária)
 Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.5) Reserva de retenção de lucros
 Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

As reservas encontram-se abaixo distribuídas:

| | 2020 | 2019 |
|-----------------------------------|--------|--------|
| Reserva de ágio | 3.596 | 3.596 |
| Reserva legal | 2.350 | 3.368 |
| Reserva de restituição de capital | 5.630 | 5.395 |
| Reserva para investimentos | 3.124 | 4.093 |
| Reserva de retenção de lucros | 22.390 | 25.569 |
| Total das reservas | 37.090 | 42.021 |

18. Receitas

| | 2020 | 2019 |
|---------------------------------------|----------|----------|
| Receita de pedágio | 227.358 | 271.598 |
| Receita extraordinária | 1.666 | 1.455 |
| Receita de construção * | 38.999 | 14.747 |
| Tributos incidentes sobre as receitas | (19.531) | (23.293) |
| Abatimentos sobre receitas de pedágio | (3.252) | (3.772) |
| Receita líquida | 245.240 | 260.735 |

* O reconhecimento da receita de construção é realizado de acordo com a Interpretação Técnica ICPC01 (R1) – Contrato de Construção. Assim, todo o gasto de infraestrutura é reconhecido na receita de construção, sem acréscimo da margem. No caso da Companhia, como há teorização da obra, o efeito do reconhecimento de uma margem calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventual custo de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra não é significativo. Em contrapartida, o reconhecimento do custo de construção é igual ao valor reconhecido como receita de construção.

Em decorrência da pandemia mundial do Coronavírus (COVID-19) no ano de 2020, diversas paralisações foram realizadas, por medidas preventivas à propagação do vírus. Até o presente momento, as consequências econômicas, revelaram uma queda de 21% no tráfego da rodovia.

19. Custos

| | 2020 | 2019 |
|--|--------|--------|
| Custos associados às receitas de pedágio | | |
| Manutenção e conservação | | |
| Pessoal, encargos e benefícios | 2.791 | 2.935 |
| Prestadores de serviço | 8.960 | 9.151 |
| Material, equipamento e veículos | 1.164 | 1.939 |
| Gastos gerais | 3.722 | 2.199 |
| Depreciação e amortização | 77.746 | 64.793 |
| | 94.383 | 81.017 |

* O aumento nos gastos gerais, em 2020, refere-se aos serviços de estabilização do KM 92,3, ocasionado pelo sinistro ocorrido no trecho da rodovia.

| | 2020 | 2019 |
|----------------------------------|--------|--------|
| Pessoal, encargos e benefícios | 6.902 | 8.227 |
| Prestadores de serviço | 9.191 | 9.396 |
| Material, equipamento e veículos | 1.527 | 2.010 |
| Gastos gerais | 1.168 | 1.233 |
| Custos contratuais de concessão | 7.019 | 7.261 |
| | 25.807 | 28.127 |

| | 2020 | 2019 |
|----------------------------------|-------|-------|
| Custo de monitoração | | |
| Prestadores de serviço | 1.045 | 1.246 |
| Material, equipamento e veículos | 9 | 38 |
| | 1.054 | 1.284 |

| | 2020 | 2019 |
|-----------------------------|---------|---------|
| Custo de projetos especiais | | |
| Prestadores de serviço | 77 | 79 |
| Custo apropriação | 1.776 | 1.022 |
| | 1.853 | 1.101 |
| | 123.097 | 111.529 |

| | 2020 | 2019 |
|---|---------|---------|
| Total de custos associados a receita de pedágio | 38.999 | 14.747 |
| Custos associados às receitas de construção | | |
| Custo de construção | 162.096 | 126.276 |

20. Despesas Gerais e Administrativas

| | 2020 | 2019 |
|--|-------|-------|
| Salários, encargos e benefícios | 5.926 | 7.567 |
| Serviços de terceiros | 3.576 | 2.852 |
| Despesas de materiais, equipamentos e veículos | 956 | 1.126 |
| Despesas gerais | 6.719 | 6.902 |
| | | |



Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros conversíveis, além das debêntures descritas na Nota nº 16.

24 - Coberturas de Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) – antigo DNER - compreendendo a totalidade da Rodovia BR-116/RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram os seguintes em 31 de dezembro de 2020:

| Modalidade | Limite Máximo de Indenização | Vigência | Seguradora |
|-----------------------------|------------------------------|---------------------|--|
| Responsabilidade Civil | 10.000 | 12/09/19 a 12/03/21 | Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. |
| Riscos Operacionais | 45.000 | 11/07/19 a 11/01/21 | Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. |
| Garantia | 31.206 | 16/09/20 a 21/03/21 | Fator Seguradora |
| Administradores e Diretores | 25.000 | 05/03/20 a 21/03/21 | Zurich Minas Brasil Seguros S.A. |
| Automóveis | 4.500 | 30/01/20 a 30/01/21 | Tokio Marine Seguradora |

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluindo equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

25. Eventos Subsequentes

I. Reequilíbrio do Contrato de Concessão devido a retirada das praças de pedágio PN2 & PN3

Também estão em curso, na esfera administrativa, as tratativas para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da CRT, face a perda de receita pela retirada das praças de pedágio de PN2 & PN3.

Na esfera judicial, a ação de obrigação de fazer foi favorável à CRT em 1ª instância em outubro/2018.

II. Reequilíbrio devido a COVID-19

A Advocacia Geral da União emitiu parecer favorável à revisão dos contratos de concessão do setor de infraestrutura de transportes, permitindo a recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro, em função da pandemia do novo Coronavírus.

Em 28 de julho de 2020, a Agência Nacional de Transporte Terrestres – ANTT publicou a Portaria nº 052, que visa instituir o grupo de trabalho, para acompanhar a metodologia de cálculo do desequilíbrio econômico-financeiro decorrente dos efeitos extraordinários da pandemia do novo Coronavírus, sobre os contratos de concessão de exploração da infraestrutura rodoviária, geridos pela agência reguladora. A Companhia aguarda o posicionamento da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

III. Licitação CRT

Em 15/01/2021 ocorreu a audiência pública número 11/21, coordenada pela ANTT que apresentou o novo projeto de 776 km a ser licitado cujo trecho inclui a rodovia atualmente administrada pela CRT (144 km). Em função da quantidade de inscritos, ocorreram duas seções extras em 19/01/2021 e 22/01/2021, respectivamente. A previsão da ANTT é que a nova versão do projeto, considerando a avaliação das contribuições recebidas, seja divulgada em abril/21.

IV. Escritura de Emissão das Debêntures conversíveis em ações preferenciais

Face ao desequilíbrio do contrato de concessão, do processo de licitação e da eventual extensão de prazo, os debenturistas iniciaram as tratativas para validação do oitavo aditivo da escritura de emissão das debêntures.

V. CRT Fundo de Investimentos e Participações (FIP)

Face ao desequilíbrio do contrato de concessão, do processo de licitação e da eventual extensão de prazo, o Administrador do FIP iniciou as tratativas para adequar o regulamento do fundo aos eventos que poderão ocorrer conforme listados acima.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| NOME | CARGO |
|--------------------------------|------------------------|
| Genilson Silva Melo | Presidente do Conselho |
| Marcus Vinicius Figur da Rosa | Conselheiro Titular |
| Leandro Luiz Gaudio Comazzetto | Conselheiro Titular |
| Francisco Ubiratan de Sousa | Conselheiro Titular |
| Wilson Neves dos Santos | Conselheiro Titular |
| Luiz Claudio Levy Cardoso | Conselheiro Titular |
| Antonio Carneiro Alves | Conselheiro Titular |

DIRETORIA

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTADORA RESPONSÁVEL

Aline Guimarães de Carvalho Gomes
CRC-RJ 107.983/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Concessionária Rio Teresópolis S.A. (CRT) Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rio Teresópolis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rio Teresópolis S.A., em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº01 e nº25, apesar do prazo do contrato de concessão estar previsto, originalmente, para se encerrar em março de 2021, devido ao atraso no processo de licitação, a Companhia iniciou as tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, visando eventual extensão do prazo em vigor até a ingresso do vencedor da nova licitação. Até a data de divulgação destas demonstrações financeiras, não havia definição da forma de prorrogação do contrato de concessão. A previsão da ANTT é que a nova versão do projeto, considerando a avaliação das contribuições recebidas, seja divulgada em abril 2021. As demonstrações contábeis não contemplam nenhum ajuste ou reclassificação decorrente desta incerteza. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Ênfase

Desequilíbrio econômico - contrato de concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas nº14c e nº25, o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, embora reconhecido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, permanece sem consenso entre as partes, no que se refere ao valor, prazo e forma de reequilibrar o contrato de concessão, a despeito das previsões contratuais e legislação em vigor. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores desse ativo ou quanto a valores e classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso dessas medidas para o restabelecimento do equilíbrio econômico do contrato de concessão.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e registro das receitas de pedágio

Conforme nota explicativa nº19, as receitas da Companhia advêm, substancialmente, de cobranças de pedágio, decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, que determinam que “a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários”.

As receitas são auferidas e devidamente registradas através de cobrança manual (em espécie nas cabines de pedágio) e, também, por meio de sistemas automáticos de arrecadação (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (“tag”) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no “tag” e o número de eixos reais do veículo passante).

Considerando o nível automatizado no processo de registro da receita e a relevância dos valores envolvidos, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria em decorrência do risco de distorções relevantes associados a totalidade das receitas da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos principais procedimentos de auditoria objetivando o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio incluíram, entre outros:

- entendimento dos controles internos mapeados pela Companhia e representativos para a sua mensuração, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação;
- avaliação da consistência entre a prática contábil relacionada ao reconhecimento de receitas e os procedimentos internos adotados pela Administração para o registro da receita de cobrança de pedágio;
- recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes de acordo com o poder concedente, para avaliação da exatidão e ocorrência das receitas; e
- avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, obtemos a confirmação (circularização) de parte significativa das transações de arrecadação automática de pedágio. O resultado desses procedimentos nos proporcionou evidência apropriada e suficiente de auditoria, no contexto das demonstrações financeiras, e não revelou inconsistências em relação às práticas contábeis da Companhia.

Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas

Conforme nota explicativa nº14, a Companhia é parte em processos de natureza cível e trabalhistas, para os quais a administração estima os valores envolvidos e registra provisão nas demonstrações financeiras nos casos em que considera que haverá perda provável, conforme preconização da norma contábil CPC 25 (IAS 17) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Além das ações consideradas como perda provável, a Companhia possui ações trabalhistas e civis, em curso, para as quais não foram registradas provisões, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis pela Administração, a partir de posições de seus assessores jurídicos.

As avaliações de risco e as estimativas de perdas são elaboradas pela administração com base nas evidências disponíveis e nas opiniões dos assessores jurídicos da Companhia, envolvendo elevado grau de julgamento, dada a complexidade dos temas.

A avaliação da administração leva em consideração, também, acordos de indenização de eventuais perdas nos referidos processos, negociados separadamente com companhias seguradoras. Nesse contexto, o andamento dos referidos processos nas diversas esferas aplicáveis pode resultar em alterações nas avaliações dos riscos de perda e impactar de forma significativa as provisões constituídas e o resultado da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos da Companhia, (b) inspeção de atas de reuniões da Administração e (c) análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Consideramos como razoáveis os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as correspondentes divulgações, estando consistentes com as informações recebidas ao longo de nossa auditoria.

Amortização de gastos no ativo intangível de concessão

O contrato de concessão rodoviário representa o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - IFRIC 12 - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato.

Os critérios de reconhecimento destes valores, montantes investidos na infraestrutura e demais informações para contextualização do tema estão divulgados nas notas explicativas nº2.6, nº4 e nº10.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolveram a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte da Administração da Companhia, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos e/ou indevidamente capitalizadas. Já as amortizações do ativo intangível de concessão, estão classificadas e apresentadas nestas demonstrações financeiras como custo de serviço (nota nº19) e representam, substancialmente, a maior conta devedora no resultado da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos além das amortizações, incluíram, dentre outros:

- Avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessão;
- Realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessão, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas; e
- Avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessão, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão.

(iv) Testes de recálculo sobre as amortizações do ativo intangível registrada pela Companhia, considerando o critério de amortização praticada pela mesma, conforme nota explicativa nº2.6 (a).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos e amortização

no ativo intangível da concessão, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos e amortizações, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos

no contrato de concessão para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das

demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram por nós examinadas, cujo relatório datado de 06 de março de 2020 foi emitido com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2021

Independent Member of
B K R
International |  **Lopes, Machado**
Auditors, Consultants & Business Advisers

CRC-RJ-2026-O/5

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC- RJ 060.611/O-0

Marcio Alves Gonçalves Marçal
Contador - CRC-RJ-106.994/O-8